



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 607 - DE 12 A 26 DE ABRIL DE 2020 - R\$ 4,00

**Crise do
Covid
19**

Preparar-se para a volta ao trabalho

**Que os sindicatos
convoquem as assembleias**

**Que a burocracia sindical seja
desautorizada a fazer acordo
com a patronal por meio eletrônico**

**Que se aprove uma campanha
por um plano de emergência
próprio dos explorados**

**Nenhuma demissão!
Nenhuma redução salarial!**

**Que os capitalistas arquem integralmente com a
crise sanitária e econômica. Que as centrais sindicais
rompam com a política de conciliação de classes.
Somente a classe operária organizada pode
enfrentar a onda de demissão, a pobreza e a miséria.**

Fora os traidores da classe operária!

Que se convoquem as assembleias para qualquer decisão! Não aceitemos a justificativa da epidemia, para demitir e reduzir salários! Nenhum acordo sem que os assalariados estejam no trabalho!

Os patrões capitalistas e as direções sindicais estão negociando a melhor forma de reduzir a jornada e salários. As montadoras aproveitam a onda do coronavírus e o isolamento social para aplicar a MP 936. Terminadas as férias coletivas, querem suspender os contratos por dois meses, com redução dos salários, entre 5% e 20%. As direções sindicais vêm aceitando negociar por meio eletrônico. A Toyota prevê a suspensão após o dia 22 de abril. A Mercedes-Benz, Volkswagen e Scania manobram com os burocratas do sindicato do ABC, para impor maior flexibilização capitalista do trabalho. No final do túnel, está o facão patronal, que ceifará inúmeros postos de trabalho. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagner Santana, justificou a aceitação da flexibilização capitalista, com a excepcionalidade da situação. Eis o que diz o vendido às multinacionais e traidor do proletariado: “São propostas que normalmente não aceitaríamos, mas é preciso compreensão de todos os lados para garantir que vamos vencer essa crise”. A “compreensão de todos os lados” significa descarregar as consequências econômicas sobre os explorados.

Os capitalistas têm o governo federal, os governadores e prefeitos para protegê-los. Têm a seu favor Bolsonaro, Doria, Alcolumbre, Maia, Toffoli, etc. Contam com uma gigantesca acumulação de capital. Seus bancos estão abarrotados de reais, dólares, euros, etc. As multinacionais, em especial, sugam os trabalhadores e saqueiam o País. Escoram-se nas poderosas matrizes e governos imperialistas, Trump, Merkel, Macron, Johnson, Abe, etc.

A combinação da crise sanitária e econômica é de inteira responsabilidade da burguesia e de seus governos. As vítimas são os explorados. Ameaçados pela pandemia, foram empurrados ao isolamento social. Empurrados ao isolamento, tiveram de se submeter a medidas de suspensão do trabalho, corte de jornada, redução salarial e demissões em massa. Atingidos pelo vírus, não têm recursos para arcar com as despesas médico-hospitalares, ficando sujeitos ao SUS, desaparelhado e sucateado. Os ricos se socorrem do Sírio Libanês, Beneficência Portuguesa, Einstein e clínicas de ponta. Como pode, então, o presidente do mais poderoso sindicato do País dizer que a classe operária deve ter compreensão com as medidas de flexibilização capitalista do trabalho, com a redução de salários, etc.? É completamente

falsa a ideia de que a classe operária e patronato cedem um pouco de cada lado. O certo é que as direções capituladoras cedem tudo aos exploradores, em nome da defesa da vida dos explorados.

As centrais desmontaram o Dia Nacional de Luta, 18 de março, para atender à orientação da burguesia. Deixou-a a mercê dos governos e do parlamento oligárquico. Assumiram as campanhas do isolamento social, sabendo que os salários e empregos não estavam garantidos, e que os subempregados e informais ficariam na dependência de migalhas. Colocaram os sindicatos a serviço do assistencialismo burguês. Vestiram o humanitarismo dos escravizadores do povo.

Mantidos em suas casas, dissolvidos como classe, os operários e demais explorados ficaram impossibilitados de reagir às medidas pró-patronal de Bolsonaro e do Congresso Nacional. A burocracia sindical se viu livre de qualquer pressão das bases. E de qualquer responsabilidade diante da MP 936. A única preocupação dos colaboracionistas foi, e é, a de recuperar seu lugar nas negociatas. Pleitearam na Justiça reaver a mediação burocrática entre trabalhadores e patrões. É para isso que pretendem revogar parte da MP que autoriza os capitalistas a realizar “acordo” direto e individual com os seus empregados.

O isolamento social está se rompendo. Não demorará muito para a maioria voltar ao trabalho. As multinacionais têm interesse em substituir as férias coletivas pela suspensão com redução salarial para compensar a superprodução e aproveitar esse momento para impor novas condições de flexibilização do trabalho. Contam a seu favor com a desmobilização e com a disposição da burocracia sindical de colaborar.

É necessário que a vanguarda com consciência de classe inicie imediatamente a denúncia contra as negociatas antiooperárias. Que se coloque pelo fim de qualquer negociação por meios eletrônicos. Que se realize a campanha pela convocação de assembleias democráticas e livres do autoritarismo burocrático. Que as assembleias rechacem qualquer medida de redução de salários e demissões. E que aprovem um plano próprio de emergência de defesa da vida da maioria oprimida. Esse é o ponto de partida para reorganizar a luta no campo da independência de classe.

Sindicatos burocratizados servem de pilar para a manutenção do capitalismo putrefato

Burocracia sindical conduz a classe operária ao matadouro

As centrais e sindicatos se unificaram na defesa do isolamento social e, agora, em aceitar os acordos de flexibilização capitalista do trabalho. A primeira atitude foi a de exigir do patronato que os operários ficassem em casa, como orientava a Organização Mundial da Saúde (OMS). Para isso, procuraram convencer os trabalhadores que a única saída era ficar em casa. Em poucos dias, as montadoras deram férias coletivas, que foram seguidas por centenas de fábricas. Algumas direções mais reformistas, CUT e CTB, procuraram se alinhar às posições dos governadores, que faziam oposição à conduta de Bolsonaro, a exemplo de Doria, em São Paulo, que se vestiu da tarja “#Fique em casa”. Outras, mais direitistas, procuraram fazer pouco alarde em torno do isolamento social, como é o caso da Força Sindical, certamente para ficar com o pé nas duas canoas. E as centristas, CSP-Conlutas, inventaram uma bandeira de “greve geral” para reivindicar do patronato o isolamento social.

Com o fim das férias coletivas, essas direções se unificaram em torno de que não há outro remédio, a não ser aceitar os acordos de suspensão do trabalho e redução salarial. Estão unidas na justificativa de que não é possível fazer assembleias gerais e nas fábricas, após as férias coletivas. Inventaram um dispositivo para que o operário decida individualmente sobre a proposta patronal. E passaram a realizar as “assembleias virtuais”. Armaram uma farsa para dar respaldo jurídico a tais assembleias. Eis um exemplo, usado pelo Sindicato Metalúrgico do ABC:

“DURA AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 57.501.207/0001-67, ... a participarem da Assembleia Específica, que será realizada no dia 10 (dez) do mês de abril de 2020, entre 14 e 18 horas. Considerando que o país enfrenta a pandemia do coronavírus, e que para conter a disseminação da COVID-19 o Ministério da Saúde recomenda o isolamento social com a permanência das pessoas em suas residências, não é possível realizar a assembleia presencial, mas apenas por meio telemático, portanto com processo de deliberação em plataforma digital (internet). A ordem do dia será: a) apresentação de proposta referente a suspensão dos contratos de trabalho; b) autorização para a direção do sindicato celebrar “Acordo Coletivo de Trabalho Específico” e Aditivos; c) outros assuntos de interesse dos trabalhadores na empresa...”

Esse modelo de convocação foi estendido para a Kostal, Delga, Toyota, Arteb, NHK autopeças, etc. Os burocratas direitistas do Sindicato Metalúrgico de São Paulo, possivelmente, aceitarão os acordos sem precisar se esconder por trás das “assembleias virtuais”. Os centristas da Conlutas copiaram a fórmula dos sindicatos da CUT. E passaram a realizar as consultas dos acordos online. Mas, comparecem atrás das câmaras de vídeos com a posição contrária à suspensão e redução salarial e, no final, anunciam que democraticamente a votação virtual foi de aceitação ao acordo patronal.

Patronal impõe desgraça à classe operária

Os capitalistas aproveitaram o isolamento social, usaram as férias coletivas e, agora, põem em prática a Medida Provisória 936, que autoriza a negociação individual, sem a participação dos sindicatos. A MP autoriza acordos individuais, para quem ganha até R\$ 3.135, ou acima de R\$ 12.202. E, para reduções até 25%, a MP determina acordos individuais em todas as faixas salariais. Trata-se de uma brutal imposição. Segundo os sindicatos, no Brasil, são cerca de 44,5 milhões de trabalhadores formais que recebem até três salários mínimos, ou seja, 82,7% desses trabalhadores estariam individualmente sujeitos à redução salarial ou suspensão do trabalho. Apesar da brutal imposição, a conduta da burocracia

Com o fim das férias coletivas, essas direções se unificaram em torno de que não há outro remédio, a não ser aceitar os acordos de suspensão do trabalho e redução salarial.

sindical foi a de recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça, questionando o alijamento da participação dos sindicatos. A CUT disse que a posição do ministro Ricardo Lewandowski foi tímida, em favor da presença dos sindicatos nas negociações. A Força Sindical saiu em defesa da decisão do ministro do tribunal. A CSP-Conlutas aproveitou para dizer que a “MP 936 é insuficiente”. E que o governo Bolsonaro pode exigir que as empresas garantam o salário integral aos trabalhadores. Concluiu, hipocritamente, que é preciso parar de pagar a dívida pública, para investir na saúde.

Petrobrás anuncia novo plano de demissão

O presidente da Petrobrás, Castelo Branco, anunciou o quarto plano de demissão. Tem como objetivo fechar 4 mil postos de trabalho. Basta lembrar que, nos últimos cinco anos, a Petrobrás demitiu 17.590 trabalhadores.

O burocrata da Federação Única dos Trabalhadores (FUP), José Maria Rangel, aproveitou, cinicamente, para aconselhar Castelo Branco que é “um desrespeito com a sociedade a Petrobrás despende vultuosos recursos para reduzir ainda mais a empresa... poderia doar combustíveis para ambulâncias e subsidiar o preço do gás de cozinha... fazer mutirões para doação de cestas básicas...”.

A quebra da greve dos petroleiros, em fevereiro, favoreceu a Petrobrás. Os planos de demissão não pararam e, agora, a empresa aproveita a comoção da pandemia para anunciar a destruição de mais postos de trabalho. A FUP, que traiu os petroleiros, se resume, hoje, a dar sujeições humanitárias para o privatista Castelo Branco e seu governo Bolsonaro.

Resultado da assembleia virtual dos operários da GM

O sindicato da CSP-Conlutas, em São José dos Campos, realizou a consulta online da proposta da montadora. Segundo o sindicato, “2.496 trabalhadores votaram a favor da proposta, 630, contra e 63, se abstiveram. A fábrica possui 3.550 funcionários”. Portanto, a maioria decidiu aceitar a proposta da multinacional de redução salarial, com per-

centual escalonado pela faixa salarial. Apesar da redução salarial, o acordo prevê somente dois meses, a partir daí, a empresa poderá adotar o lay-off, ou a demissão. Além de se sujeitar à vergonhosa “assembleia virtual”, a direção concluiu dizendo: “Este, certamente, não é o melhor acordo, mas estamos num cenário em que os patrões saíram fortalecidos por conta da MP do governo Bolsonaro. O Sindicato defende a adoção de licença remunerada para todos, sem redução de salário, mas quem decide é o trabalhador”. É ou não é pura hipocrisia? Não convoca assembleia, deixa os operários isolados, aceita a votação online como sendo democrática e, por fim, lamenta que não foi um bom acordo, mas o que era possível, em tempos de coronavírus.

Burocratas da CUT usam o nome dos metalúrgicos

O Sindicato Metalúrgico do ABC enviou, no dia 3 de abril, uma carta a Bolsonaro. Usou os metalúrgicos, para implorar ao governo direitista e fascistizante, a adoção do isolamento social. O tom choroso e piedoso da carta testemunha a conduta miserável dos traidores da classe operária. Reproduzimos, para que seja repudiada por todos os trabalhadores. Diz a carta:

“Sr. presidente,

Desde quando meu coração começou a bater, minha mãe me ensinou a não seguir os amigos que iam pelo caminho errado. Meu pai me ensinou a não ouvir conselhos de quem errou. E agora é a nossa vez de te ensinar isso. Se o senhor quer seguir o mau exemplo, mesmo com o mundo te mostrando que você está errado, que siga. Mas eu aprendi o certo com os mais velhos. E para que meu coração e de todos brasileiros continuem batendo, nós não vamos seguir o teu conselho. Somos trabalhadores e trabalhadoras, e dessa vez nosso lugar não é no trabalho, é em casa. Para nós, senhor presidente, não é o Brasil que não pode parar, mas sim, o brasileiro. Assinado, Metalúrgicos e metalúrgicas do ABC”

Embraer imporá o acordo de redução salarial e demissão

O sindicato metalúrgico de São José comunicou que foram encerradas as negociações com a Embraer. E que a empresa manteve sua proposta de corte de salários, de 17,5% até 36,25%, e a suspensão dos contratos, por dois meses. Depois desse período, a Embraer poderá adotar o lay-off. Segundo o sindicato, a Embraer aceitou diminuir o desconto salarial para quem ganha até R\$ 3000,00, que passaria a receber 82,5% do salário e a renovação da Convenção Coletiva da categoria, até final de agosto. Disse que não aceitou a estabilidade no emprego por 12 meses, a suspensão do trabalho sem redução salarial, a renovação do acordo coletivo por dois anos. Como se vê, a direção do sindicato, que é da Conlutas, já aceitou a ideia de que é preciso um acordo de redução salarial, o que discorda é o tamanho da redução. Em palavras, diz que é contra a redução, mas na prática já estão admitindo.

Por fim, convocaram para a “assembleia virtual”. Desgraçadamente, dizem que a “decisão caberá aos trabalhadores”.

Arma-se a farsa com os operários da MWL

O Sindicato de São José anunciou que a direção da MWL quer impor a redução de salário, de acordo com a MP 936, onde a empresa paga somente uma parte, e o governo realiza o complemen-

Notas Sindicais

to. Diz que a fórmula provoca perdas de 5% a 32% no salário dos metalúrgicos, conforme a faixa salarial. Completou que o sindicato defendeu na negociação, também virtual com o patrão, que é contra a redução salarial e a favor da estabilidade por 12 meses, e não por 2 meses. Como não houve concordância, nova reunião está prevista para o dia 15 de abril.

Fechamento da IBBA

O patrão da Indústria Brasileira e Bombas Automotivas (IBBA) fechou a fábrica em São Paulo. Demitiu os operários, e sequer pagou as verbas rescisórias. Aproveitou a pandemia para decidir pelo fechamento, no dia 26 de março. Os operários compareceram na porta da empresa, que já estava lacrada. O Sindicato Metalúrgico de São Paulo, Força Sindical, denunciou que a empresa já estava demitindo, e que não pagou os direitos. Diante da demissão sumária, Miguel Torres, presidente do sindicato, lamentou a decisão da empresa, dizendo: “Nesse momento de solidariedade, de extremo cuidado com a saúde, de prevenção ao coronavírus, devemos exigir que a empresa

não prejudique seus trabalhadores e que busque negociar com o sindicato”. Os operários cabisbaixos foram aos poucos dispersando. Sob uma direção classista, a fábrica seria ocupada, e imposto o controle operário da produção.

Crise de direção golpeia o proletariado mundial

Diante das duas crises, econômica e sanitária, que atingem o mundo, a classe operária se encontra desorganizada e passiva. Os capitalistas aproveitam a situação para demitir em massa e cortar salários. Os 17 milhões de desempregados, em março, somente nos Estados Unidos, atestam a política centralizada do capital, de descarregar o maior peso da crise sobre os trabalhadores. Os acordos de flexibilização capitalista avançam, no mesmo ritmo da pandemia.

No entanto, o maior sindicato dos trabalhadores na indústria, o “IndustriALL Global Union, que reúne 50 milhões de operários, em 140 países, se limitou a seguir a orientação da OMS, e pedir ao patronato para que “proteja os empregos e a renda”. Disse que sejam “negociadas alternativas para garantir os empregos e salários”. E que os sindicatos reivindiquem a “reconversão industrial”, voltando-se a produção de material de proteção à saúde e aparelhos para “salvar vidas”. E também pediu ao G20 e ao FMI que destinem parte dos recursos para as pequenas e médias empresas e aos trabalhadores informais, e não para salvar bancos e grandes empresas.

Os hipócritas globais não fazem nada para mobilizar a classe operária, contribuem para o isolamento social, sem garantia de emprego e salário e, depois, vêm dar conselho aos monopólios e banqueiros.

Como se vê, a força do sindicato está sendo empregada não para organizar mundialmente os trabalhadores, para reagirem às duras medidas dos capitalistas e governantes. Na realidade, é mais um instrumento da colaboração de classes, em nível mundial. As centrais, em particular a CUT, no Brasil, copiam esse “modelo” de sindicalismo pró-patronal. Daí as campanhas pela “Reconversão industrial”, mesas com os governadores para negociar a suposta divisão dos recursos, etc.

Campanhas do Partido Operário Revolucionário

O Partido Operário Revolucionário vem mantendo sua campanha em defesa da vida dos trabalhadores durante a pandemia. O Boletim Nossa Classe tem sido distribuído nas fábricas e corredores fabris, que continuam funcionando. Em nenhum momento, o partido deixou de cumprir suas tarefas revolucionárias. Diariamente, tem respondido às medidas governamentais, que protegem os

capitalistas e atingem os empregos e salários. A vanguarda proletária constitui a linha de frente do combate. Nas situações mais difíceis, é que se observa a firmeza política, programática, ideológica e organizativa do partido. A militância tem consciência dos perigos da contaminação, toma os devidos cuidados, mas não se sujeita ao pavor criado pela burguesia.

O POR se destacou na luta contra a po-

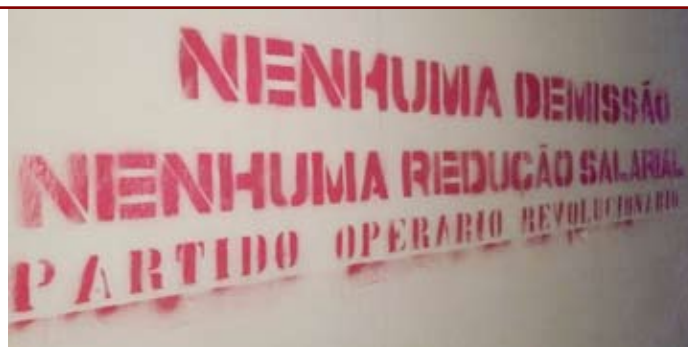
lítica de colaboração de classes, opondo-se ao desmonte do “Dia Nacional de Luta”, em 18 de março. Afirmou a posição de que somente a classe operária organizada pode combater a política burguesa, e dirigir a maioria nacional oprimida contra as medidas que sacrificam ainda mais os pobres e miseráveis. Tem sido importante a publicação dos Manifestos e boletins que guiam a ação do partido.

Boletim Nossa Classe Política Operária

Que os capitalistas e governantes paguem pela pandemia

Bolsonaro diz que o isolamento geral quebra a economia e aumenta o desemprego. Defende que se faça um isolamento seletivo. Doria e a maioria dos governadores dizem que somente com o isolamento geral é possível reduzir a pandemia e salvar vidas. Uma boa parte da população assustada vem acatando o isolamento. Uma parte que não está em isolamento é porque trabalha nas atividades essenciais. Outra parte não acata o isolamento porque tem de trabalhar na marra. Acontece, porém, que a população como um todo teme o desemprego e o rebaixamento salarial. Foi colocada entre a cruz e a espada. Tem de acatar o isolamento, mas com o risco de perder o emprego ou ter o seu salário reduzido. O pior de tudo é saber que, quando a pandemia passar, os empregos não voltarão.

As centrais e sindicatos estão pelo isolamento geral. No entanto, não organizaram a luta para defender os empregos



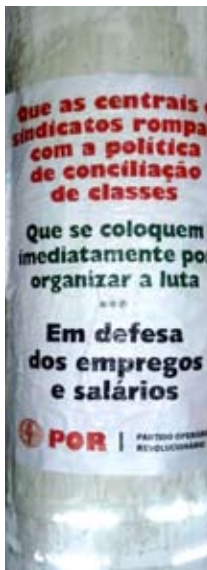
e os salários. Bolsonaro quer acabar com o isolamento geral, mas não garante a proteção da população diante da pandemia, e também não garante os empregos e os salários. É falsa a opção de que a classe operária e demais trabalhadores têm de ficar do lado de Bolsonaro ou de Doria.

O Boletim Nossa Classe defende um plano de emergência de proteção à saúde, aos empregos e aos salários. 1) que os patrões e governantes garantam todos os recursos médicos e hospitalares para atender à população; 2) que determine por lei a proibição de demissões e redução salarial; 3) que decrete um salário mínimo de acordo com os cálculos do Dieese para todos os que sobrevivem das atividades informais, aos subempregados e desempregados.

Abaixo a Medida Provisória (MP) 936

Inicialmente, Bolsonaro pretendeu impor uma MP que permitia aos patrões suspender por até quatro meses os trabalhadores, sem pagar um tostão. Era tão violenta, que teve de voltar atrás. Agora, veio com a MP 936, chamada “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”. O que possibilita ao patronato reduzir jornada e salário. Essa medida fez o escalonamento de faixa salarial, para dar a impressão de justiça. Ou seja, os que ganham menos terão redução salarial menor. Pelos cálculos de economistas, os trabalhadores que recebem até três salários mínimos (R\$ 3.135,00) vão ter seus salários reduzidos entre 5% e 10%. No caso da jornada ser diminuída em 50%, a perda salarial estará entre 10% e 20%. No caso extremo de diminuição de 70% da jornada, a perda estará entre 15% e 30%. Ocorre que a maioria dos trabalhadores recebe de 1 a 3 salários mínimos.

Imaginem o que significa uma perda de 5%, 10%,



15% ou 30% para um trabalhador que recebe um pouco acima do salário mínimo. Mesmo para quem recebe três salários mínimos, qualquer que seja a redução resultará em aumento de suas dificuldades de sustento da família. Segundo os cálculos do Dieese, o salário mínimo para cobrir as necessidades de uma família deveria ser R\$ 4.483,20, em março. A justificativa de Bolsonaro, de que a redução da jornada ou suspensão temporária com redução salarial servirá para manter os empregos, não passa de uma grande mentira. A medida vem para proteger apenas os patrões.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais e sindicatos rejeitem inteiramente a MP 936. Em contraposição, que levantem um plano de emergência, que tem por base nenhuma demissão, nenhuma redução salarial e salário mínimo do Dieese aos desempregados, subempregados e informais.

Preparar, desde já, a luta contra o desemprego

O baixo crescimento econômico vinha provocando demissões e alta do desemprego. Em fevereiro, o desemprego saltou para 12,3 milhões de pessoas. Entre fevereiro e março, cerca de 892 mil trabalhadores perderam o emprego. Estima-se que, com a pandemia, milhões poderão perder os empregos. Somados aos 38 milhões de informais e subempregados já existentes, o país terá mais de 50 milhões vivendo na extrema pobreza e miséria. No entanto, os 10% mais ricos, que englobam a burguesia e a classe média alta, continuarão con-

centrando a maior parte da riqueza.

A classe operária e demais explorados precisam entender que essa situação é consequência do capitalismo em decomposição. A pandemia apenas agrava a situação de pobreza, miséria e desespero de milhões de brasileiros. As medidas de redução da jornada e suspensão do trabalho com redução salarial não vão garantir os empregos. Vão apenas proteger o patronato.

Trabalhadores, temos de nos preparar desde já para defender os empregos e acabar com o subemprego. Não va-

mos aceitar que as direções sindicais negociem com os capitalistas a redução salarial e as demissões. Nossa bandeira é: Nenhuma demissão. Nenhuma redução salarial. Emprego a todos.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a lutarem: 1) pela redução da jornada sem redução do salário; 2) estabilidade no emprego; 3) escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais de trabalho entre todos os trabalhadores); 4) constituir comitês sindicais e de bairros para organizar a luta pelos empregos.

O custo de vida sobe, trabalhadores têm o salário reduzido e perdem o emprego

A população já está reclamando do preço dos produtos de primeira necessidade nos mercados e feiras. O preço do gás de cozinha subiu. Tudo indica que o custo de vida vai disparar nos próximos meses. Os capitalistas e seu governo não têm outra solução, senão descarregar a crise sobre a maioria explorada. Nossos salários são reduzidos, perdemos o emprego e o custo de vida acelera.

O Boletim Nossa Classe defende como medida de emergência o congelamento de todos os preços, um salário mínimo real de acordo com o cálculo do Dieese aos desempregados, subempregados e informais, e reajuste geral dos salários de acordo com o aumento do custo de vida.

Que as centrais e sindicatos abandonem a política de conciliação de classes

As direções das centrais e sindicatos frearam as lutas em nome do combate ao coronavírus e em defesa da vida dos explorados. Não se pode defender a vida dos trabalhadores sem organizar o movimento contra as medidas do governo e dos capitalistas. Nenhuma negociação com empresários, governadores e parlamentares vai proteger os empregos e os salários, bem como não vai proteger a saúde de milhões de pobres e miseráveis. As poderosas montadoras, a exemplo da Mercedes, anunciaram que, após as férias coletivas, vão com abrir negociação com os sindicatos para acertarem um ajuste. O que significa demitir ou reduzir os salários.

O fato de boa parte das fábricas terem parado a produção dificulta a luta. A classe operária só é capaz de combater estando reunida nos locais de trabalho. Essa dificuldade, no entanto, foi agravada com a política de colaboração de classes das direções sindicais com o patronato e governantes. O sinal de capitulação das direções sindicais foi o desmonte do Dia Nacional de Luta, 18 de março.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais, sindicatos e movimentos abandonem a política de conciliação de classes e passem a organizar o movimento contra a redução dos salários, demissões, desemprego e o subemprego. Que passem a organizar o movimento pelo plano de emergência próprio dos explorados. É com a independência de classe que nossos sindicatos poderão servir de canal de luta da classe operária e demais explorados.



Campanha do Boletim por uma Plano de Emergência próprio dos trabalhadores

- 1) Nenhuma demissão.
- 2) Nenhuma redução dos salários;
- 3) Pagamento de um salário mínimo aos desempregados e subempregados pelos governos federal, estadual e municipal;
- 4) Colocar a rede privada médico-hospitalar sob a direção do SUS;
- 5) Colocar o SUS sob o controle dos trabalhadores da saúde e de comitês de bairro a serem criados imediatamente;
- 6) Suspensão do pagamento dos juros da dívida pública, e aplicação do montante de cerca de R\$ 400 bilhões na saúde pública e proteção das famílias desempregadas e subempregadas;
- 7) Abertura de empregos, reduzindo a jornada sem reduzir os salários;
- 8) Que os estados e empresas banquem as contas de água, luz, gás e aluguel dos pobres e miseráveis. Esse é o ponto de partida do combate à pandemia e da proteção dos trabalhadores.



Boletim da Corrente Proletária Secundarista

Mesmo com aulas suspensas, o partido não deixou de elaborar o Boletim "Juventude em Luta". Assim que os estudantes voltarem às aulas, a militância porista estará preparada para o trabalho de agitação e propaganda. Os pais da juventude oprimida estão sentindo o brutal peso da crise sanitária e econômica. Vão sentir mais ainda com a redução dos salários, ou com as demissões. Não haverá outro caminho, senão vencer o terror da pandemia, espalhado pela burguesia e seus governos. Será preciso reorganizar o movimento estudantil, agora em defesa de um plano de emergência próprio da classe operária e demais explorados.

O Boletim da juventude estampa a bandeira "A pandemia mostra a falência do capitalismo e a hipocrisia burguesa". Traz como conclusão: A juventude deve erguer a luta coletiva para exigir do Estado o atendimento de um programa emergencial. Expõe os seguintes aspectos: 1) Uso ideológico da quarentena pela burguesia; 2) Distribuição de migalhas para manter a passividade das massas; 3) Imobilismo das direções; 4) Como enfrentar a crise sanitária e econômica. Consta, ainda, das seguintes notas: 1) Entidades estudantis lançam um "Plano Emergencial", mas seguem na paralisia; 2) Governos aproveitam a crise para impor o ensino a distância (EAD); 3) Governos suspendem gratuidade nas passagens dos estudantes durante a quarentena. Pelo direito irrestrito da juventude ao passe-livre.

Corrente Proletária Estudantil (USP) responde à reitoria

O boletim da Corrente responde à reitoria da USP, que fechou a universidade e isolou os moradores do Conjunto Residencial (Crusp). Sob pressão, passou a fornecer marmitas para moradores regulares e irregulares. Agora, entrega 204 kits de internet, num universo de 1.700 estudantes residentes, a fim de viabilizar apenas as aulas de Ead durante a quarentena. Em resposta às notícias da imprensa, que mostravam o sucateamento geral da moradia e do Hospital Universitário, a Superintendência de Assistência Social e a Reitoria divulgaram notas mentirosas sobre a situação da moradia e do Hospital. O fato é que a destruição da moradia estudantil é parte da política privatista e elitista, e o sucateamento do H.U. serve ao mesmo propósito.

A C.P.E. também divulga os manifestos do POR aos moradores, fazendo a campanha contra a capitulação das direções à política burguesa de resposta à pandemia, e em defesa da independência de classe e por uma resposta própria do proletariado e demais explorados, que devem se organizar e lutar por um plano emergencial classista, oposto à burguesia e seus governos.

POR trabalha a favor dos comitês de luta

O POR intervém junto a alguns dirigentes da região Leste/SP em favor da constituição de um comitê de luta. Divulgou uma Carta Aberta aos Moradores, reivindicando repasse imediato dos R\$ 600 a toda população pobre, independente do ter ou não o cadastro oficial. Combate a MP de Bolsonaro, de suspensão do trabalho com redução salarial. E exige que sejam disponibilizados imediatamente remédios, médicos e hospitais na região.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

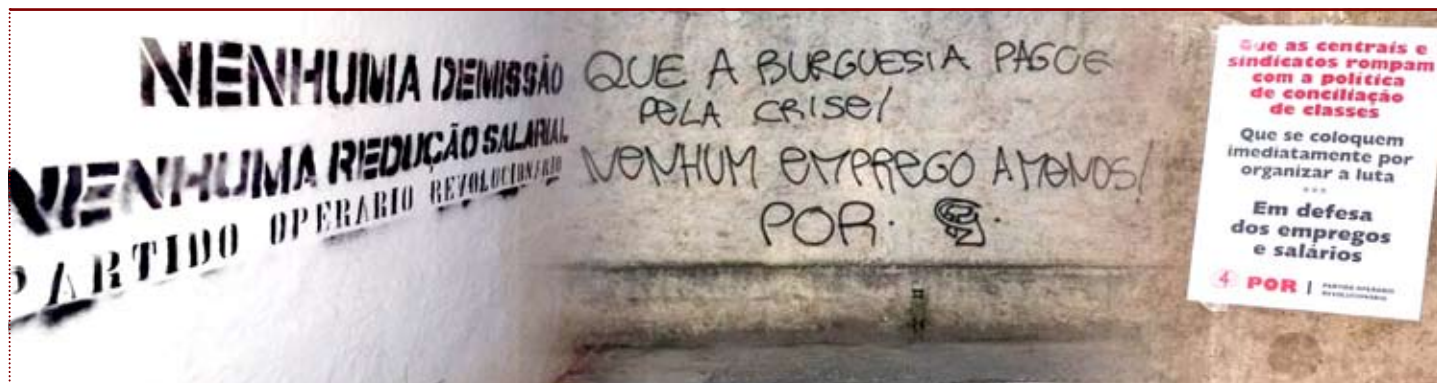
SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO



Pichações e cartazes

O Partido Operário Revolucionário tem se utilizado das pichações e colagem de cartazes para indicar à classe operária, demais explorados e juventude oprimida que não há outra via senão combater a burguesia antes, no meio, e depois da onda epidêmica. A burocracia sindical, reformista, direitista e cen-

trista, passou de armas e bagagens para o lado da campanha burguesa. Esteve e está colocada a luta pela independência política e organizativa da classe operária. Os cartazes e pichações convocam os trabalhadores a não se submeterem às medidas de redução salarial, demissões e migalhas. Chamam os trabalha-

dores a prestarem atenção na odiosa política de conciliação de classes da burocracia sindical, que segue a política do PT, PCdoB, PSOL, Solidariedade e PSTU. Esses partidos, apesar das diferenças, capitularam diante das pressões internacionais do imperialismo e da burguesia brasileira.

Pandemia escancara a crise estrutural da saúde no Brasil

Os trabalhadores brasileiros estão cansados de enfrentar as filas e o péssimo atendimento médico-hospitalar da saúde pública. O coronavírus tão somente expôs as contradições do sistema de saúde dominado pela rede privada, que serve à burguesia e à alta classe média. Os planos de saúde fazem parte do problema. É passada a hora das centrais, sindicatos e movimentos organizarem a luta pela expropriação do sistema privado, constituição de um sistema único de saúde, estatal, gratuito e controlado pela classe operária organizada. A pandemia veio reforçar essa necessidade extrema.

Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 2018, o país possuía um total de 44.253 leitos de UTI, distribuídos entre o SUS (48,6%) e a rede privada (51,4%). A distribuição regional desses leitos é a seguinte: Norte (5%), Nordeste (18,7%), Centro Oeste (8,6%), Sudeste (53,4%) e Sul (14,3%). O número de leitos de UTI para cada 10 mil habitantes varia entre 1,23 (região norte) e 2,72 (região sudeste). Nas regiões Norte e Nordeste, 81,25% dos estados possui menos de um leito de UTI para cada 10 mil habitantes na modalidade SUS. Os estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal enquadram-se na mesma situação. Nesses casos, há alta concentração nas redes privadas de saúde.

Dados da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), de 2016, apontam que, nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, os leitos de UTI concentram-se nas capitais, sendo que os estados do Amazonas, Amapá e Roraima não possuíam nenhum leito de UTI no interior. Nas regiões Sudeste e Sul, apenas no estado do Rio de Janeiro há a prevalência de maior número de leitos de UTI na capital, nos demais se inverte, distribuindo-se em maior

número pelo interior do estado.

Como se vê, as desigualdades se manifestam entre as regiões. As mais ricas detêm o maior número de leitos de UTI, comparadas às regiões mais pobres. Em cada região, também há diferenças, entre capital e interior; quanto menos desenvolvido é o estado, maior a tendência de concentração de leitos de UTI nas capitais. O atrasado econômico e social encontra o seu equivalente no baixo número de leitos. Esses dados mostram que a saúde acompanha o desigual desenvolvimento das forças produtivas.

Um fenômeno semelhante ocorre internamente às cidades, como o caso de São Paulo. Embora a cidade mais rica do país, ela preserva a desigualdade na distribuição de leitos de UTI. Como se pode observar em dados da subprefeitura da cidade de São Paulo, em apenas três distritos: Sé, Vila Mariana e Pinheiros concentram 60% de todos os leitos de UTI. Os distritos Parelheiros, Cidade Ademar, Campo Limpo, Anhanguera, Tremembé, Aricanduva e Lapa possuem zero leito de UTI para cada 100 mil habitantes, embora concentrem 20% da população da cidade. Destes, à exceção da Lapa, todos os demais localizam-se na periferia da cidade de São Paulo, e são distritos dormitório dos trabalhadores.

As condições precárias, ou até inexistentes, de atendimento público hospitalar é, em grande medida, explicada e agravada pela política de cortes no orçamento da saúde. Entre 2003 e 2014, ou seja, nos dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma Rousseff, foram contingenciados R\$ 131 bilhões do Ministério da Saúde. Em 2016, o governo Temer descumpriu a determinação constitucional de aplicação mínima de 15% da receita orçamentária em serviços públicos de saúde, retirando do SUS R\$ 253 milhões. Em dezembro de 2016, é aprovado o teto de gastos, servindo de base

para que, em 2019, Bolsonaro contingenciasse mais R\$ 20 bilhões do SUS. Esses sucessivos cortes tiveram como consequência imediata o fechamento de 48,5 mil leitos em geral na rede pública de saúde, desde 2009. Nesse mesmo período, a rede privada abriu 14 mil novos leitos.

Esse panorama parcial da saúde no país mostra que o atendimento aos acometidos na pandemia seguirá as relações sociais de produção. O assalariado, o trabalhador informal, o desempregado que dependem do atendimento público encontram à sua frente uma estrutura depredada. Em dias normais, o atendimento é escasso; agendamentos de consultas demoram em média seis meses; não há todas as especialidades; raras são as possibilidades de realização de cirurgia; não há equipamentos, não há UTIs. Em dias de pandemia, às portas dos SUS, se vive a verdadeira carnificina dos explorados e oprimidos.

Mentem os governos. Mentem os especialistas, quando apresentam o isolamento social como solução à pandemia. O isolamento é inaplicável numa situação em que a relação social de produção, com base na exploração da força de trabalho, determina a relação do homem com a natureza. Um vírus é em si um fenômeno natural. A epidemia é expressão da natureza, capaz de atingir a todos, independentemente da classe. Mas, a resposta ao vírus é de classe.

A burguesia teme o contágio porque sabe como e por onde ele se dá. Força o isolamento, para se auto proteger. Mas, a verdade é que os cuidados para os infectados se concentraram nos grandes centros urbanos, acessíveis à burguesia e à pequena burguesia, que podem se refugiar em suas casas. Nos recôncavos do país, ou mesmo nas periferias de grandes cidades, os cuidados nunca chegaram a contento, e não chegarão. Basta ver que os hospitais de campanha em São Paulo foram construídos no Pacaembu e no Anhembi, ou seja, localizam-se onde já existe alta concentração de leitos de UTI. Basta ver que o hospital de campanha do Pacaembu está sob a administração do Hospital Israelita Albert Einstein. Basta ver que os aparelhos necessários para os cuidados com os infectados se concentram nos hospitais privados. Basta ver que a ANS destinou aos planos de saúde R\$ 15 bilhões. Basta ver que nada está sendo feito onde mais se necessita de atendimento.

Essas condições indicam que só a classe operária e demais explorados podem defender a saúde pública. A burguesia, sob qualquer governo, sempre favorecerá a medicina privada e a indústria farmacêutica. Eis por que é necessária a luta das massas pelo fim da exploração capitalista da saúde e pela constituição de um sistema único público.

Quinzena Operária

Os problemas fundamentais dessa quinzena se concentram na necessidade de a classe operária reagir aos ataques da burguesia e à colaboração da burocracia sindical.

MEDIDAS DO GOVERNO E DO CONGRESSO FAVORECEM APENAS OS EXPLORADORES

As medidas que estão sendo impostas pelo governo ditatorial e militarista de Jair Bolsonaro/Guedes atendem apenas aos interesses da burguesia parasitária. Mesmo com a profunda crise sanitária, que se abate sobre o país, e que já produziu centenas de mortos e milhares de infectados, o governo mantém seu ritmo de ataque à vida das massas. Edita toda semana uma nova medida, que precariza ainda mais as condições de vida da maioria explorada.

Em 22/3, editou a **MP 927** que, dentre seus vários artigos, permite aos patrões a alteração do contrato de trabalho sem a presença do sindicato, a antecipação das férias e de feriados, o home office sem arcar com qualquer despesa adicional, desconsidera a quarentena por coronavírus como doença do trabalho, e o direito de depositar futuramente os 8% de FGTS, sem arcar com juros e correções.

Em 02/4, editou a **MP 936**, que permite aos patrões reduzir a jornada de trabalho e o salário. O governo se comprometeu a pagar o mesmo percentual, mas sobre o valor do seguro-desemprego que

o trabalhador teria direito. No entanto, o valor máximo pelo seguro-desemprego é de míseros R\$ 1.813,03. O resultado final é prejuízo no bolso do trabalhador. Estima-se que 24 milhões serão afetados por essa Medida Provisória.

Tramita no Congresso Nacional a proposta de alteração do chamado **Trabalho Verde e Amarelo**, lançada pelo governo Bolsonaro/Guedes, em novembro de 2019. A proposta original era a de concessão da redução de encargos aos patrões, que contratassem jovens no primeiro emprego, e trabalhadores acima dos 55 anos de idade, que estivessem desempregados há 12 meses. A nova proposta é de que o corte de encargos sociais (FGTS, INSS, etc.) seja estendido também para os contratos de jovens entre 18 e 29 anos, que já tiveram a carteira assinada, e não apenas aqueles que irão ingressar no mercado de trabalho.

Para todas essas medidas, o governo usa a falsa justificativa de que está preocupado com a manutenção dos empregos. A intenção é preservar ainda mais os lucros dos patrões e jogar nas costas

dos trabalhadores, jovens ou não, o custo da crise econômica, e de seu aprofundamento pela pandemia.

A atitude das centrais sindicais e dos sindicatos é de lamentação e profundo imobilismo. Mandaram todos os trabalhadores para casa e, agora, estão com as mãos livres para fazer o que sempre fizeram: pressionar o Parlamento e o governo por meio de suas medidas emergenciais. Dentre as medidas, consta a da criação do Grupo Setorial de Combate ao Desemprego, com representação dos patrões, governo e sindicatos. Como se fosse possível uma união entre explorador e explorado para salvar os empregos.

Enquanto a burguesia e seus governos atacam frontalmente a vida da maioria explorada, com a ampliação do desemprego e da miséria, os representantes dos trabalhadores estão de braços dados com os algozes. Está aí a expressão mais concreta da política de conciliação de classes. A traição das centrais e sindicatos deve ser rechaçada pela classe operária e demais oprimidos.

OS EXPLORADOS NÃO PODEM SE ILUDIR

A crise econômica, que se atinge o mundo desde 2008, e que afetou o Brasil como elo mais fraco da cadeia capitalista, será aprofundada com o avanço da pandemia. As projeções econômicas, traçadas pelos analistas burgueses para o Brasil, são desoladoras. Segundo o economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita, o índice de desaceleração da economia dependerá do tempo de duração da pandemia. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, de 6 de abril, projeta um recuo na ordem de 6,4% do PIB, no terceiro trimestre. Portanto, os agentes da burguesia, que povoam o Congresso Nacional, já estão a postos, para que seus representantes preservem seus negócios.

No dia 3 de março, a Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a PEC 10/20, que vem sendo chamada de PEC do Orçamento de Guerra. Rodrigo Maia diz que isso irá garantir o pagamento dos R\$ 600,00 de auxílio aos trabalhadores informais e os custos do combate ao Covid-19. No entanto, o verdadeiro objetivo da PEC é manter os bolsos dos capitalistas cheios de dinheiro, para se salvarem da crise impulsionada pela pandemia. Sabemos, perfeitamente, que a elevação da dívida pública e o

déficit fiscal serão descarregados sobre os assalariados e demais oprimidos. Tudo está sendo tramado para proteger os credores da dívida pública.

A ladainha de que o país está unido contra o combate ao Covid-19, no sentido de preservar a vida de todos, é pura demagogia. Os banqueiros e seus lacaios no Congresso buscam formas de garantir que, em seu dinheiro, ninguém toca. Os únicos otários, nesse jogo de mentiras, são os burocratas, que se vestem de representantes dos trabalhadores. Estão servindo de correia de transmissão dos interesses da burguesia no meio dos explorados. O Congresso Nacional, os governos e a burguesia parasitária estão unidos, no ataque à vida das massas.

Sabemos que a única forma de resistência da classe operária e os demais trabalhadores explorados é sua força coletiva. Isolados, somos fracos e propensos à derrota. É preciso exigir que as centrais e os sindicatos rompam com os sanguessugas dos trabalhadores, organizem a luta pelo plano próprio de emergência e pelo não pagamento da dívida pública. Que os banqueiros e agiotas paguem pela crise econômica e pela pandemia.

Pernambuco / *Moção de apoio à luta dos rodoviários por seus empregos e direitos* **Que os capitalistas paguem pela crise econômica e sanitária**

Em meio ao caos pandêmico, os burgueses do transporte metropolitano do Recife demitiram cerca de 3 mil rodoviários, e ameaçam demitir mais 6 mil, chegando a 60% da categoria. Os capitalistas nos servem doença em um prato, e fome no outro. Não há como defender a vida somente contra a pandemia se nem todos têm a condição de ficar no isolamento social.

Demitir os rodoviários é lhes retirar a base de sua condição de existência: o salário. As medidas emergenciais do governo não vão oferecer as condições mínimas de sobrevivência à famílias trabalhadoras. E, junto com os minguados recursos destinados aos miseráveis, vêm as gordas recompensas aos capitalistas, como se vê na MP 936, mentirosamente chamada de “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”, e no Orçamento “de guerra”.

A proposta da Urbana, após a interferência do governador Paulo Câmara e do Ministério do trabalho, é inaceitável. Apoiada na MP 936, de Bolsonaro/Guedes, impõe a condição de readmitir com redução de salários dos motoristas de 40%, e que este acordo continue a valer por três meses após a pandemia.

A Urbana-PE diz que enfrenta um quadro de dificuldades sem precedentes em sua história. Que abra suas contas. Que mostre todos subsídios que recebeu no passado do Estado, e os rios de dinheiro que embolsou, explorando os trabalhadores do transporte, e lotando os ônibus com trabalhadores que dependem do transporte coletivo. Se eles não conseguem administrar o sistema, que os trabalhadores assumam o controle e as empresas sejam estatizadas, sem indenização.

Não há dúvidas de que, para manter os empregos, readmitir os demitidos, impedir a redução de salários, será necessário manter a linha da ação direta. Esta foi a reação instintiva dos primeiros demitidos, que bloquearam a entrada das empresas, exigindo a manutenção dos empregos. Teremos de buscar as formas de preservar nossa saúde enquanto lutamos. Mas, sem a luta coletiva,

inevitavelmente haverá perdas de direitos. Temos, desde já, que saber que enfrentaremos a perseguição do judiciário, que impôs multa, antes da pandemia, a todos aqueles que se levantaram para lutar por seus salários e direitos: professores, policiais civis, enfermeiros e rodoviários. Lutar pelo direito à greve é lutar pela vida. Pois, sem nosso instrumento de luta coletiva, ficamos nas mãos do patronato. Não podemos aceitar que os trabalhadores paguem pela crise sanitária e econômica. Defender a vida é defender a saúde pública, mas também defender os empregos e salários.

A luta dos rodoviários é parte da luta de todos explorados e oprimidos. A burguesia e seus governos estão aproveitando a crise para implementar a reforma trabalhista, precarizar ainda mais as condições de trabalho, e cercear os direitos democráticos de organização. Que as Centrais Sindicais rompam a paralisia e a conciliação de classes e organizem a luta por um plano de emergência da classe operária e demais oprimidos:

- 1) Nenhuma demissão e redução de salário;
- 2) Renda emergencial aos informais e desempregados, com o valor do salário mínimo calculado pelo DIEESE;
- 3) Colocar a rede privada médico-hospitalar sob a direção do SUS. Que o SUS passe para o controle dos trabalhadores da saúde e dos comitês de bairro, a serem criados imediatamente;
- 4) Plano de obras públicas, começando com a construção de hospitais, escolas e moradias;
- 5) Suspensão do pagamento da dívida pública e aplicação do montante na saúde pública para a proteção das famílias desempregadas e subempregadas;
- 6) Imposto sobre os monopólios, capital financeiro e as grandes fortunas;
- 7) Isenção das contas de água, luz, gás e aluguel dos pobres e miseráveis.

Partido Operário Revolucionário - POR

Impactos econômicos e sociais da pandemia

Preparar o caminho para a retomada da luta da classe operária e demais explorados

31 de março de 2020

Está se confirmando a previsão de que a contaminação do coronavírus aceleraria o processo da crise econômica mundial. Embora o imperialismo e seus serviços procurassem atribuir à pandemia a responsabilidade da desorganização mundial, os acontecimentos expõem a anarquia da produção social, os impasses do agigantamento do parasitismo financeiro, a guerra comercial, entre outros aspectos. Os monumentais recursos utilizados para amparar os interesses dos monopólios e dos sistemas financeiros, diante da hecatombe de 2008-2009, já haviam indicado o seu esgotamento, quando a pandemia se originou na China e se espalhou por toda a parte. A necessidade de lançar mão do “isolamento social”, em todas as potências e na maioria dos países de economia atrasada, levou a um abrupto estancamento nas economias nacionais e no mercado mundial. Essa situação antecipou o que viria a ocorrer um pouco mais tarde, segundo as previsões de organismos do próprio imperialismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A burguesia, em certo sentido, foi salva pela pandemia. Passou a utilizá-la como principal motivo da derrocada econômica, para exigir dos Estados abundantes recursos, desativar a luta de classes, que avançava e atemorizava os capitalistas. Contou, para isso, com a crise de direção mundial do proletariado. Sem a resistência das massas, e com a colaboração das burocracias sindicais, os capitalistas e seus governos procuram formas de se protegerem e descarregar a crise sobre os explorados.

O Congresso norte-americano, finalmente, aprovou o plano de US\$ 2 trilhões. O Banco Central Europeu disponibilizou € 750 bilhões (US\$ 809 bilhões). Somados com os gastos previstos de cada país da Europa, atingirão muito mais que US\$ 1 trilhão. O G-20 estimou um gasto de US\$ 5 trilhões. A maior parte desse caudaloso rio de dinheiro será canalizada para recompra de títulos, refinanciamento de dívidas, empréstimos, subsídios, etc. Uma pequena parte servirá para amenizar um pouco a contundência da crise social. A dívida pública dos países mais poderosos saltou de “59% do PIB, em 2007, para 91%, em 2013”, segundo The Economist. Esse salto leva à previsão de que o endividamento dos Estados crescerá em escala ainda desconhecida.

As potências suportam tamanha carga, estabelecendo juros negativos ou quase negativos. O fator fundamental, de um lado, porém, se encontra no saque aos países semicoloniais, que constituem a maioria; de outro, no aumento da exploração das massas e redução do valor da força de trabalho. Em última instância, os explorados e os débeis países pagam a orgia financeira das potências. Está aí a explicação do porquê o sistema de saúde público, e a proteção sanitária das massas, evidenciam a falência diante da pandemia. A Itália e Espanha, para citar dois países europeus mais afetados, exibem, não somente o horror das mortes causadas pelo coronavírus, como também a sua quebra econômica pré-existente, o empobrecimento da maioria da população, e a incapacidade do sistema de saúde. Certamente, a demora em implantar o isolamento explica a alta incidência de letalidade do vírus, mas somente em parte. O governo italiano se mostrou descontente,

diante do pequeno montante de ajuda estipulado pela União Europeia. A Espanha seguiu a mesma linha. Não comportam mais endividamento, e não podem contar com uma “ajuda” do Banco Central e Conselho Europeu. A Alemanha teme um desequilíbrio nas relações monetárias e fiscais da Zona do Euro. O plano do Banco Central está voltado a atender os monopólios industriais, comerciais e o capital financeiro. O que, obrigatoriamente, marginaliza os países mais decadentes da União Europeia. Os interesses da Alemanha se sobrepõem aos dos demais países, que já não podem usufruir da Zona do Euro. O conflito da Itália e Espanha com a Alemanha, Áustria e Holanda retrata o imperativo das fronteiras e dos Estados nacionais. Cada um deve resolver o seu problema econômico e sanitário, embora a diretriz da Organização Mundial da Saúde (OMS) deva ser aplicada universalmente.

A burguesia (...) passou a utilizá-la como principal motivo da derrocada econômica, para exigir dos Estados abundantes recursos, desativar a luta de classes, que avançava e atemorizava os capitalistas. Contou, para isso, com a crise de direção mundial do proletariado.

A virada de Trump pesou definitivamente na balança em favor do “isolamento social”. Na realidade, a maior potência se viu obrigada a liderar o movimento mundial de proteção aos monopólios e ao capital financeiro. Os Estados Unidos, não apenas passaram a ser o epicentro da crise sanitária, assim qualificado pela OMS, como não deixaram de ser o epicentro da crise mundial, eclodida em 2008. Avalia-se que US\$ 2 trilhões é maior que o volume utilizado na quebra do subprime, que arrastou o sistema financeiro do país e do mundo. O alinhamento de Trump unificou as potências em torno do confinamento, mas não em favor de um plano único, que servisse de proteção aos países mais débeis economicamente, e mais afetados pela pandemia. Combinaram-se, assim, o fechamento parcial das fronteiras nacionais com o confinamento massivo da população. Não foram poucos os países que decretaram à força a suspensão de atividades econômicas e a reclusão das famílias.

As potências, com seus vastos recursos, se colocaram em posição de proteger suas economias internas, em detrimento da maioria dos países. Observa-se que essa via coincide com a tendência do protecionismo das potências e a guerra comercial, tendo à frente os Estados Unidos. A manutenção do bloqueio econômico ao Irã e à Venezuela mostra a que ponto chega a prepotência dos Estados Unidos, e o quanto são responsáveis pela ruína das economias desses países.

O abrupto estancamento das economias nacionais, e a provável recessão mundial, se converterão em destruição, em grande escala, de forças produtivas e queima de valores. Retoma-se o curso destrutivo de 2008-2009, podendo ser mais devastador. O

desemprego e a pobreza mundiais darão um salto à frente. São sintomas da desintegração do capitalismo mundial, cujos marcos se encontram na Primeira e Segunda Guerra Mundiais. As forças produtivas já não cabem na camisa de força das relações de produção monopolistas e das fronteiras nacionais.

A reclusão de cada país, se defendendo das consequências econômicas e sociais da pandemia, potencializará a regressão mundial. A hipótese mais provável é a de que a guerra comercial tomará formas mais agressivas. O conflito entre Estados Unidos e China será retomado, em um patamar mais elevado. As manifestações do nacionalismo fascizante e xenofóbico vão se ampliar e se acelerar. Essa probabilidade se assenta na maior submissão das economias dos países atrasados à voracidade dos países imperialistas, às disputas entre as potências, e ao empobrecimento generalizado das massas mundiais. Em particular, os países fornecedores de matérias-primas terão de ceder ainda mais à desnacionalização dos recursos naturais. Não por acaso, o petróleo compareceu, imediatamente, como um fator de grande peso na crise econômica que se avizinhava.

A América Latina estava mergulhando na queda econômica, quando a pandemia a cobriu como um vendaval. As três maiores economias – Brasil, Argentina e México – procuravam evitar a recessão, contentando-se com o baixo crescimento. A previsão para o Brasil, agora, é de crescimento negativo. A burguesia e seus governos levantam as mãos aos céus, pedindo que não se confirme a pior das previsões. Os países latino-americanos refratam a economia mundial e, internamente, refratam a interdependência econômica, tendo como carro-chefe o Brasil, Argentina e México. A nova etapa da crise, marcada pela pandemia, se caracteriza pelo crescimento do desemprego e subemprego, que já eram insustentáveis, desde o momento em que o continente foi arrastado pela crise mundial de 2008. O agravamento da pobreza, miséria e fome já está sendo contabilizado pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Internacional do Trabalho (OIT). Pedem aos governos que distribuam migalhas aos desempregados e subempregados, aos miseráveis e famintos, temendo que a potenciação da crise social resulte em levantes populares, como ocorreu recentemente no Chile.

A explicação ideológica de que a pandemia não tem classe, raça e nacionalidade sedimenta a orientação de que a união de todas as forças políticas é a condição para melhor enfrentar o coronavírus, seguindo as diretrizes da OMS. Concretamente, a “união nacional” resulta em submissão da classe operária e demais explorados às decisões da burguesia e de seus governos. Por cima deles, prevalece o alinhamento internacional, ditado pelo imperialismo às nações oprimidas. É sintomático que, no Brasil, o governo Bolsonaro procurou seguir os passos iniciais de Trump. Em outras palavras, implantar o confinamento seletivo da população considerada mais vulnerável à pandemia. A virada de Trump ajustou a linha geral do imperialismo, e Bolsonaro passou a destoar. Ocorre que a frente burguesa montada em torno da bandeira de “união nacional” já havia dado passos decisivos em favor do “isolamento social”. O ministério da Saúde seguiu o curso das pressões mundiais, mas o núcleo governamental não teve como fazer a mesma virada de Trump. O motivo está em que, do baixo crescimento econômico, o país despenchará no precipício.

O violento “ajuste” fiscal ditado pelo capital financeiro se despedaçou. O próprio governo pediu ao Congresso Nacional medidas de emergência, que implicam a revogação da Lei de Responsabilidade

Fiscal e da Lei do Teto. Ao ser retirada a base da política econômica, traçada pelo ministro dos banqueiros, Paulo Guedes, o governo de Bolsonaro naufragará. Essa é a razão principal do núcleo militar do governo resistir à linha do “isolamento social”. É preciso acrescentar que Bolsonaro se viu pressionado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) a evitar uma pane na produção e no mercado. Os setores do comércio e serviços, juntamente com a pequena e média indústria nacional, temem a paralisia de seus negócios, crescimento de suas dívidas, e a possibilidade de falências em cascata. As multinacionais e grandes empresas nacionais têm como se valer de meios de proteção, como as férias coletivas, lay-off, etc. A teimosia do presidente da República em contrariar a diretriz geral do confinamento beira ao desespero. Não tendo como se apoiar em Trump, Bolsonaro se isolou interna e internacionalmente, dando margem a um movimento de frente burguesa, apoiado nos governadores e nos principais partidos do Congresso Nacional, pelo confinamento. A oposição, liderada pelo PT, aproveita para pleitear a responsabilização do presidente da República, e pedir a sua renúncia, ou impeachment. O Brasil, como se vê, está diante da crise sanitária, econômica e política, que se entrelaçam.

Essa situação favorece a confusão reinante entre os explorados. Não veem outra solução, senão a do confinamento geral (“horizontal”), e a do parcial (“vertical”). A luta intestina no interior da política burguesa visa a manter a classe operária e demais oprimidos submetidos aos planos que protegem os capitalistas, e sacrificam a maioria. Não há divergência entre Bolsonaro, governadores e Congresso Nacional quanto a despender recursos para os empresários, e dar-lhes poderes para recorrerem a férias coletivas, redução da jornada com redução salarial, suspensão temporária dos trabalhadores e liberdade para demitir.

O esvaziamento das grandes fábricas e o funcionamento parcial de parte delas retiram da classe operária a capacidade coletiva de reagir diante da crise econômica, sanitária e política. A burguesia sabe que, com o proletariado desorganizado e pulverizado pelo confinamento, as demais camadas de trabalhadores e populares não têm como empunhar um plano de emergência, e marchar sob sua estratégia própria de poder. É nessas condições que a burocracia sindical se alinha com as forças políticas que conduzem o confinamento. Apoia o chamado à “união nacional”. Ao lado de reivindicações emergenciais corretas, desfralda apoio ao empresariado, em nome da proteção ao parque produtivo. Essas mesmas forças burguesas estão de acordo com Bolsonaro, de que o plano de emergência inclui a redução da jornada com redução salarial, suspensão do trabalho com redução salarial, etc.

No momento, trata-se de lutar pelo rompimento das centrais, sindicatos e movimentos com a política de conciliação de classes, com a “união nacional”. Trata-se de propagandear e explicar o programa de emergência próprio da classe operária e demais explorados. Trata-se de preparar o terreno para resistir ao desemprego, subemprego, fome e miséria. E trata-se de demonstrar aos explorados que o capitalismo é um regime social em decomposição, e que deve ceder lugar ao socialismo, por meio da revolução proletária, que se inicia num país, e se desenvolve internacionalmente. É preciso aproveitar a situação para evidenciar a crise de direção revolucionária, e trabalhar pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, constituído pela III Internacional, da época de Lênin, e mantido programaticamente pela IV Internacional, da época de Trotsky.

Que somente os capitalistas e o governo arquem com os custos da pandemia e da crise econômica

5 de abril de 2020

A Medida Provisória (MP) 936, mentirosamente chamada de “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”, protege apenas os capitalistas. Dá carta branca ao patronato de reduzir a jornada e suspender o trabalho, reduzindo os salários. A desfaçatez da farsa é tão visível, que pretende parecer bondosa, ao deixar de fora quem ganha um salário mínimo, R\$ 1.045,00. Acima desse valor, até três salários mínimos (R\$ 3.135,00), os salários poderão ser reduzidos entre 5% a 10%, no caso da redução de 25% da jornada de trabalho. No caso da redução da jornada em 50%, a perda ficará entre 10% e 20%. Se a redução da jornada for de 70%, a diminuição salarial ficará entre 15% e 30%. A imensa maioria dos trabalhadores recebe de um a três salários mínimos. Segundo os cálculos do Dieese, o salário mínimo de março deveria ser de R\$ 4.483,20. Como se observa, mesmo os trabalhadores que estejam na faixa de quatro salários mínimos não recebem um salário mínimo que cubra as necessidades vitais.

A concentração de renda é bárbara. Os 10% mais ricos ficam com 43,1% da massa de rendimento. Os 10% mais pobres, com 0,8%. O rendimento médio de 1% mais ricos, é 38 vezes o rendimento de 5% mais pobres. Ainda segundo o IBGE, em 2018, 10,4 milhões sobrevivem com R\$ 51,00 mensais; e os 30% mais pobres, que correspondem a 64 milhões de trabalhadores, garantem sua existência com uma renda média de R\$ 269,00. A imensa maioria dos assalariados recebe de 1 a 3 salários mínimos. Esse quadro, que se agravou com a recessão de 2015-2016, e com o baixo crescimento dos anos seguintes, explica o avanço da pobreza, miséria, fome, doenças, violência, criminalidade, desintegração familiar, etc. A pandemia resalta a miséria estrutural e a incapacidade da burguesia de realizar reformas em favor da maioria oprimida. Ao contrário, as medidas de proteção ao capital financeiro, no período da crise aberta em 2008, e as contrarreformas posteriores à recessão de 2015-2016, impulsionaram a concentração de riqueza, num polo, e a expansão da pobreza e miséria, no outro.

A pandemia se manifesta no Brasil no momento em que os capitalistas implantam a reforma trabalhista de Temer e a previdenciária de Bolsonaro. No momento em que a taxa de desemprego é alta e tendente a crescer. O que amplia a gigantesca informalidade e o subemprego. Antes de se abater sobre o País, o governo Bolsonaro se via diante do estancamento econômico e da elevação do desemprego. A economia brasileira era arrastada pela diminuição do crescimento mundial. A generalização da pandemia acelerou o processo de atravancamento das forças produtivas mundiais. Os países de economia atrasada, envolvidos pela pobreza e miséria generalizadas, estão obrigados a arcar com o maior peso das consequências econômicas e sociais da pandemia. As potências lançaram planos trilhonários de apoio ao capital financeiro e aos monopólios. Mesmo assim, as previsões são as

de que o desemprego se elevará a um alto patamar. Os Estados Unidos retomam o seu lugar de epicentro da crise mundial. Em toda a parte, a burguesia descarrega a crise sobre os assalariados, desempregados e subempregados. Nos países onde imperam a miséria e a fome, como os da América Latina, com destaque para o Brasil, as medidas de proteção ao capital agravarão a crise econômica, e alavancarão a barbárie social.

O “orçamento de guerra”, aprovado na Câmara de Deputados, que permitirá ao governo elevar às alturas a dívida pública, não vem em função da garantia dos empregos, saúde pública e subsistência de milhões de desempregados e subempregados. Pela primeira vez, o Banco Central fica autorizado a comprar títulos dos capitalistas para evitar perdas e quebras. A previsão é a de que haverá uma elevação do déficit em R\$ 419,2 bilhões. Uma pequena parcela será destinada aos informais e subempregados, no mísero valor de R\$ 600,00. Outra, auxiliará no combate à pandemia. Essa diretriz mostra que, sob a direção do Estado burguês, não é possível combater a crise sanitária, como meio de proteção à maioria explorada. A MP 936 é um ataque violento aos empregos e salários. Os R\$ 600,00 destinados a uma parcela dos 38 milhões de trabalhadores informais servem de máscara à incapacidade da burguesia e seu governo, de proteger mesmo que emergencialmente a vida das massas.

A MP 936 é um ataque violento aos empregos e salários. Os R\$ 600,00 destinados a uma parcela dos 38 milhões de trabalhadores informais servem de máscara à incapacidade da burguesia e seu governo, de proteger mesmo que emergencialmente a vida das massas.

As multinacionais, tendo à frente as montadoras, anunciaram que, ao término das férias coletivas, farão um “ajuste” na produção, e que contam para isso com os sindicatos, para negociar um acordo. A Mercedes-Benz deu a entender que não terá como manter os postos de trabalho. De conjunto, pleiteiam antecipadamente uma flexibilização da jornada e salário, mais dura ainda que a aplicada no momento do isolamento social. O cumprimento da diretriz do Ministério da Saúde e dos governadores, de concretizar a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), em boa medida, se deve, de um lado, às férias coletivas; de outro, à determinação dos governadores e prefeitos de fecharem as atividades consideradas não essenciais (comércio, serviços). Nos estados industrializados, observa-se a importância da dispensa dos operários, o que afeta a base produtiva do país. Combinado com a desativação do comércio e serviços, se constitui em um quadro de quebra das pequenas e médias empresas. O que repercute sobre a economia nacional, atingindo os estados menos industrializados, que tiveram de fechar o comércio e suspender os serviços, e portanto num salto do desemprego.

Os assalariados fabris, do comércio e de serviços sentiram, desde o início do isolamento, que corriam o perigo, não só da contaminação, mas também da perda do emprego. A MP, que permite ao patronato reduzir a jornada ou suspender temporariamente o trabalhador, comprova esse temor, que poderá ser mais grave do que se supunha. O governo e o patronato oferecem, na

melhor das hipóteses, a redução dos salários, que pode chegar até 30%, para quem ganha até 3 salários mínimos. Esse é o preço, na melhor das hipóteses, como dissemos, que os capitalistas e o governo cobram dos explorados para garantir uma limitada proteção contra a pandemia. O preço mais alto recairá sobre milhões, que perderão os empregos. Os milhões, por sua vez, que sobrevivem da informalidade pagarão com o aumento da miséria. Essa escala de valor expõe a falência do capitalismo, e a necessidade da revolução proletária, que expropriará a burguesia, instalará um governo operário e camponês e transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.

Trata-se do amadurecimento das condições objetivas para a revolução, que reflete a incapacidade da burguesia de garantir a existência de milhões de trabalhadores. As condições objetivas, por si só, não levam à revolução proletária. É necessária a direção revolucionária, que se concentra no partido do proletariado. A crise de direção mundial se manifesta profundamente na crise de direção nacional. Eis por que, numa situação tão grave de bancarrota econômica, os explorados ficam à mercê de medidas que aumentam o desemprego e reduzem os ganhos. As direções sindicais e dos movimentos se alinharam imediatamente com a política burguesa do isolamento. Não foram capazes de diferenciar as premissas científicas do isolamento das premissas político-ideológicas desenvolvidas pela burguesia. A constatação, no momento, de que o método do isolamento é o único meio disponível a ser aplicado deve ser acompanhada de soluções econômicas e sociais que protejam de fato a população. Estabelecer o isolamento, sem garantir os empregos e salários, é a forma burguesa de descarregar a crise sobre a maioria oprimida.

As centrais sindicais cancelaram o “Dia Nacional de Luta”, de 18 de março, que poderia ter armado o movimento com um programa de emergência próprio da classe operária, e oposto ao do governo. As condições iniciais da pandemia, e as primeiras ações do governo, exigiam a convocação de assembleias em todo o país, e constituir os comitês de defesa dos explorados. Se o isolamento era a única forma de proteger as massas, ainda que limitadamente, as direções que controlam as organizações operárias, camponesas, populares e estudantis tinham a obrigação de explicar, à classe operária e demais explorados, que não se tratava apenas da crise sanitária, mas também da crise econômica, que levaria o governo a proteger os interesses da burguesia, em detrimento das necessidades da maioria oprimida. Tinham de mostrar que a aceleração da crise econômica resultaria em rápida elevação das demissões. Não se tratava, portanto, apenas de defender a população da pandemia, mas também da desintegração econômica. As duas crises interligadas desabariam, principalmente, sobre os assalariados, desempregados e subempregados. As centrais, no entanto, desmontaram o movimento, e se colocaram sob a bandeira burguesa de “união nacional”. Reivindicaram sua participação nas decisões de Estado. O que foi desconhecido pelo governo e Congresso Nacional. Mais recentemente, os burocratas se aproximaram do governador Doria. Tudo indica, com a mediação de Lula. A política de colaboração de classes da burocracia levou as centrais a se alinharem em torno às divergências de Bolsonaro com os governadores, liderados por Doria, sobre a forma do isolamento. A subordinação das centrais, sindicatos e movimentos às respostas da burguesia contribuiu, decisivamente, para a classe operária permanecer dissolvida, e incapaz de se levantar

contra as medidas de redução da jornada e suspensão do trabalho com redução salarial, bem como diante das demissões massivas.

As correntes de esquerda centristas e reformistas se mostraram incapazes de compreender as contradições originadas das duas crises – sanitária e econômica – e, via de regra, se arrastaram por trás da política burguesa de isolamento social, adaptando-se à burocracia sindical. A CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU, aprovou o cancelamento do “Dia Nacional de Luta”, e fez um chamado à desmobilização. Em seguida, passou à campanha por uma “greve geral”, para garantir o isolamento dos operários. Isso nas condições em que a burguesia, com apoio das centrais, conduzia as diretrizes sanitárias, e mostrava que duras medidas contra os trabalhadores seriam tomadas. Assim, os sindicatos foram esvaziados de sua base social, e sequer podiam realizar assembleias para colocar nas mãos da classe operária a defesa de um plano de emergência próprio. A farsa da “greve geral” concluiu em férias coletivas nas grandes fábricas. É nas condições de completa desorganização sindical que o patronato e o governo impõem a MP 936, o “orçamento de guerra”, etc. E a divergência entre Bolsonaro e Doria mascara a concordância com as violentas ações da burguesia contra as condições de trabalho e existência dos explorados.

Passada a pandemia, emergirá com maior contundência a tragédia do desemprego e subemprego. As migalhas distribuídas pelo governo e Congresso Nacional têm fôlego curto, e mal amenizam a amplitude da miséria. As multinacionais retomarão a diretriz de flexibilização capitalista do trabalho, com demissões e cortes salariais. A reforma trabalhista vigorará com maior impacto. E um contingente muito maior de explorados sentirá o golpe da reforma da Previdência. A burocracia sindical manterá a linha de “união nacional”. O PT e aliados esperam se potencializar eleitoralmente como oposição. Partidos da burguesia, como o PSDB, que liderou o golpe de Estado em 2016, se apoiarão na divergência dos governadores com Bolsonaro, para constituir uma frente ampla, que sirva de alternativa à possível desintegração do governo fascizante.

A vanguarda com consciência de classe tem de dobrar o esforço na luta pela independência política do proletariado e demais explorados, das variantes da política burguesa, que empurraram as massas ao matadouro. A bandeira de que a burguesia pague integralmente pela crise sanitária e econômica materializa a resposta proletária, e impulsiona a independência política diante da burguesia e seu Estado. A campanha do Partido Operário Revolucionário é de: *Nenhum apoio ao plano de emergência de Bolsonaro, Congresso Nacional e governadores. Por um plano de emergência da classe operária e demais explorados. E que as centrais e sindicatos rompam com a política de conciliação de classes, que se coloquem imediatamente por organizar a luta, em defesa dos empregos e salários. Abaixo a Medida Provisória 936. Preparar, desde já, a luta contra o desemprego, unindo empregados, subempregados, sob a defesa do plano proletário de emergência.*

É obrigatório que a vanguarda com consciência de classe enfrente a crise de direção revolucionária, vinculando o plano de emergência da classe operária ao programa de expropriação do grande capital, nacionalização dos bancos, não pagamento da dívida pública e controle operário da produção. Sob a bandeira do governo operário e camponês, a vanguarda se destacará no combate ao governo militarista e ditatorial de Bolsonaro.

Preparar-se para o retorno ao trabalho

Que os sindicatos convoquem assembleias gerais e por fábrica

Organizar a luta pelo de plano próprio de emergência dos explorados!

8 de abril de 2020

No início de abril, o isolamento social chegou a uma média nacional de 51,8%. Houve um crescimento vertiginoso, entre o início de março e começo de abril. Segundo informações, a maior eficácia da medida seria de pelo menos de 70%. Foi, porém, um grande feito ter alcançado mais de 50%. Surpreendentemente, o estado de São Paulo, mais populoso, industrializado, e com uma população concentrada nos centros urbanos, atingiu 54% nos primeiros dias de abril.

Nos últimos dias, acelerou o número de contaminação e mortes em vários estados, principalmente, em São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. A previsão é de que, nas duas próximas semanas, serão críticas. No entanto, crescem as pressões para a volta ao trabalho. O governador de São Paulo teve de prorrogar a quarentena até 22 de abril. No final de março, verificou-se, em São Paulo, o aumento de passageiros nos transportes coletivos. As cenas de superlotação nos terminais de ônibus obrigaram a prefeitura a aumentar a frota. Estima-se que mais da metade da frota estará em circulação. É bom lembrar que, na capital paulista, o isolamento chegou a 66%, no final de março, próximo, portanto, aos 70% almejados. O estado de São Paulo se tornou o epicentro da pandemia, ao lado do Rio de Janeiro, que também constata um movimento da população na contracorrente do isolamento social.

As imagens dos ônibus superlotados trazem a ideia de que é a população que, espontaneamente, começa a romper o cordão do isolamento. As autoridades dão a entender que há um desacato da medida, que tem servido para poupar vidas. O certo é que o poder econômico retira os trabalhadores de suas casas. O comércio e os serviços não aceitaram de bom grado a desativação de suas atividades. Pequenos e médios capitalistas da indústria passaram a reclamar dos prejuízos e da dificuldade de manter seus compromissos financeiros (folha de pagamento, endividamento, etc.). Os monopólios, multinacionais e grandes capitalistas nacionais deram férias coletivas, aproveitando a situação para preparar o terreno a novos ataques aos empregos e salários, ajustando-se à crise de superprodução. Os setores considerados essenciais funcionaram normalmente, obrigando seus trabalhadores a correrem maior risco da contaminação. Essa é a base material para o êxito, semiêxito, ou fracasso do isolamento. Não se pode responsabilizar as massas trabalhadoras por absolutamente nada. A própria burguesia, por meio de seus governos, assumiu a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), de implantar o isolamento social, e, agora, iniciar sua desativação.

Em todo esse processo, as massas desorganizadas acataram passivamente, embora pressentindo os perigos de ficar em casa, à custa de perder o emprego. A parcela dos informais que não acautou a imposição se deve a que não tinha como abrir mão do pão de cada dia. Os lumpens continuaram a sua rotina diária no vaivém das ruas dos grandes centros. Nesse caso, as autoridades os deixaram por conta da sorte. Não há como ocultar, portanto, que

a responsabilidade sobre o isolamento social e suas consequências são de inteira responsabilidade do poder econômico.

Está aí por que a forma e a extensão da medida indicada pela OMS provocaram atritos entre os empresários e uma crise política de grandes proporções. O governo federal se viu diante do dilema de como compatibilizar a crise sanitária com a crise econômica. Aplicar, rigorosamente e a fundo, o isolamento social implicava dilacerar a política econômica do ajuste fiscal. Teria de proteger os empresários e o capital financeiro, bem como distribuir migalhas para os miseráveis. Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, se assombraram, diante do rombo do déficit fiscal e aumento do endividamento do Tesouro Nacional, previsto em mais de R\$ 400 bilhões. A Lei de Responsabilidade Fiscal, do Teto de Gastos e a Regra de Ouro caíram como um castelo de cartas. A paralisia industrial, serviço e comércio significava empurrar a economia para a recessão. Inevitavelmente, viriam as demissões em massa, e a taxa de desemprego daria um salto à frente. O subemprego e a informalidade, já insuportáveis, se tornariam um grande peso para o Estado. Mais uma vez, temos de recorrer à base econômica, para entender a divisão interburguesa, que se precipitou, e que ainda se desenvolve.

(...) a responsabilidade sobre o isolamento social e suas consequências são de inteira responsabilidade do poder econômico.

É superficial a discussão de que se tratava do choque entre os partidários da ciência e do obscurantismo. Não há dúvida de que Bolsonaro representa um dos governos mais obscurantistas da história política do País. O que não quer dizer que seus adversários políticos, como o governador de São Paulo, Doria, não sejam obscurantistas. Diferenciam-se apenas em grau. Não é sobre esse terreno que se deu, e vem se dando, a divergência sobre o isolamento social geral (horizontal), ou parcial (vertical). O problema está em que a União, portanto, o governo federal, é que terá de arcar, em última instância, com o rombo financeiro. Os governadores e prefeitos terão de recorrer ao Tesouro Nacional para suportar as consequências da crise econômica, que atingirá os estados. Parte deles já estava quebrada, e dependia de um acordo com Bolsonaro, para manter a máquina administrativa funcionando. O estado de São Paulo, em melhor situação em relação aos demais, pleiteou a possibilidade de contrair empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que certamente têm de ser avalizados pelo governo federal. Anterior à pandemia, Bolsonaro negociava com os governadores e prefeitos o “Plano do Equilíbrio Fiscal”, denominado Plano Mansueto, que permitia que fizessem empréstimos, desde que se submetessem ao ajuste fiscal, ditado pelo governo federal. Essa via, porém, foi obstruída com a enxurrada de gastos de governadores e prefeitos com o isolamento social. Agora, tem de se fazer um ajuste, em torno do qual se agrava o choque de parte dos governadores e do Congresso Nacional com

Bolsonaro. As oligarquias regionais necessitam se impor diante de uma situação econômica e social que se deteriorará muito mais. A exigência de que Bolsonaro coordenasse a campanha nacional do isolamento tinha por base garantir os rombos financeiros de estados e municípios.

O governo federal, ao resistir e procurar impor a diretriz do isolamento seletivo (vertical), deu margem para que a crise política se extravasasse, na forma de crise federativa, que há muito não se tinha com tamanha proporção. O fato do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, seguir as determinações da OMS provocou um desalinhamento no governo. Se não fosse pelo núcleo militar, que rodeia Bolsonaro, já teria havido sua demissão. Os governadores de oposição, apoiados em Doria, se alimentaram dessa divergência. A informação é de que o ministro da Casa Civil, general Walter Souza Braga Netto, garantiu a manutenção de Mandetta, contrariando a vontade do presidente da República. O que sugeriu ter havido um “golpe branco”. Observa-se, no entanto, que não é do interesse da burguesia a quebra

da governabilidade. O porta-voz do Congresso Nacional, Rodrigo Maia, a despeito da campanha sórdida que tem feito os bolsonaristas contra sua figura, mantém no alto a bandeira de “união nacional”, que conta com apoio do PT, aliados e burocracia sindical.

A condição de permanência de Mandetta é de que vá gradualmente se alinhando às posições do governo Bolsonaro. Um primeiro sinal foi admitir a flexibilização do isolamento social. Um passo foi dado nesse sentido, com a distinção entre as áreas menos e mais afetadas. O governador do Rio, Wilson Witzel, adotou essa nova orientação. Doria, ao contrário, teve de manter a bandeira “Fique em casa”. A manutenção da quarentena até 22 de abril é explicada pela estimativa de que 227 mil pessoas poderão morrer dentro de seis meses, caso não se cumpra o isolamento social. Mesmo com a estarrecedora previsão, os setores do comércio e serviços forçam passagem ao retorno às atividades. Está claro que a quebra do confinamento é de responsabilidade das forças econômicas, e não da população.

Começa a prevalecer a tese do governo Bolsonaro, de que é melhor que morra mais gente contaminada, do que se destroe a economia. Trata-se de uma premissa de um governo que se bate em meio à dupla crise – sanitária e econômica –, cuja sobrevivência está prematuramente ameaçada. Eis por que a discussão, no interior da política burguesa, sobre se primeiro se defende vidas, e depois a economia é completamente falsa. Ocorre que a crise sanitária tão somente impulsionou o ritmo da crise econômica, que é mundial. É claro que a burguesia necessitava e necessita envolver as massas, contando com sua passividade e desorganização. O maior problema está por vir. O fechamento massivo de postos de trabalho e o aumento do desemprego resultarão em crescimento exponencial da miséria estrutural.

Os explorados foram joguetes e continuarão sendo, caso não se levantem coletivamente contra a burguesia, seu governo e seu Estado. Não há como enfrentar o desemprego, subemprego, informalidade e a fome sem se sublevar. As condições objetivas para isso estão dadas. O problema reside na ausência de uma direção revolucionária. A burocracia sindical, que serve à políti-

ca de conciliação de classes, imediatamente se adaptou ao isolamento social, apoiando as medidas de proteção aos capitalistas e de migalhas para os miseráveis, e fechou os olhos às demissões e redução de jornada e salário. Seu primeiro gesto de colaboração foi desmontar o “Dia Nacional de Luta”, 18 de março. O que inviabilizou uma primeira resposta coletiva das massas, e sua organização para enfrentar os passos seguintes das crises sanitária e econômica. No caudal da pandemia, e com o isolamento social, os burocratas aproveitaram para negociar a flexibilização capitalista do trabalho com as multinacionais, a exemplo da GM.

Agora, o problema já não se circunscreve ao isolamento, mas também à sua quebra. É previsto um retorno massivo, caso a pandemia não cause surpresas dramáticas. O governo federal passa a ter iniciativa em suas mãos. Os governadores, endividados, vão ter de se submeter. A crise federativa não pode se aprofundar. A velha centralização ditatorial, de uma maneira ou de outra, voltará ao seu lugar. A burguesia e seus politiqueiros preveem dias difíceis, com a queda econômica, e a

violenta carga descarregada sobre as costas da maioria oprimida. A volta à normalidade tem de contar com a disciplina e a sujeição da classe operária, que constitui a coluna vertebral dos explorados. A burocracia sindical, por sua vez, se inclina a seguir um rearranjo nas fileiras da política burguesa. Tudo fará para evitar que a classe operária tome consciência coletiva do desastre que se abateu sobre ela e demais oprimidos. É nesse terreno que a vanguarda revolucionária travará a luta contra os aparatos burocráticos e a política de conciliação de classes.

Assim que a classe operária iniciar o seu retorno, terá necessidade das assembleias sindicais, para fazer um balanço dos estragos e organizar a luta pelos empregos e salários. É o momento em que poderá se levantar em defesa de seu próprio plano de emergência, que não teve como ser empunhado. Poderá rechaçar o plano de emergência da burguesia, que antes não tinha como ser feito, devido ao esvaziamento das fábricas, e sua pulverização como indivíduos. A vanguarda tem de fazer uma ampla campanha pela convocação de assembleias, pelo plano de emergência, e pela constituição dos comitês de luta. Tem de dar continuidade à bandeira de rompimento das centrais sindicais com a política de conciliação de classes.

***Somente a classe operária organizada
pode dirigir o movimento contra as demissões,
desemprego, subemprego e redução salarial!
Somente a classe operária organizada pode
lutar por um plano próprio de emergência!
Que os sindicatos passem a convocar
as assembleias!
Abaixo as negociatas da burocracia sindical
com o patronato!
Derrotar a política de conciliação de classes
da burocracia sindical!
Pela independência política e organizativa
dos explorados!***

Rondônia

Governador está pela flexibilização do isolamento social

Em Rondônia, o governo pretende pôr fim ao isolamento social. Isso, no momento em que as estatísticas oficiais demonstram crescentes casos de infectados, suspeitos e mortes pela Codiv-19. O governador, coronel Marcos Rocha, aliado de Bolsonaro, não era favorável à orientação da OMS de isolamento geral. Mas, sob pressão de organismos do estado, no dia 16 de março, se colocou em favor do isolamento. Dias depois, voltou a defender a flexibilização do isolamento. Agora, voltou a recuar.

O fato é que, no momento em que avança a pandemia no estado, o governador continua a desdenhar da gravidade do coronavírus. Conta, para isso, com o apoio de empresários, que chegaram a realizar carreatas nos principais centros comerciais de Porto Velho, exigindo que, no dia 4 de abril, o comércio fosse reaberto. O governador, atendendo o pleito dos capitalistas, pediu que a população voltasse aos seus postos de trabalho, a partir dessa data. Diante das pressões de entidades sociais e políticas, o governador deu um passo atrás, mantendo o fechamento do comércio e indústria, mas passando a responsabilidade para as prefeituras decidirem como aplicar o isolamento, ou seja, onde deve ser geral, onde deve ser flexibilizado. Portanto, nos moldes de Bolsonaro.

Como se vê, a decisão de isolamento social e, agora, de flexibilização do isolamento, é uma política da burguesia e de seus governantes. Jogam, assim, a população de um lado a outro. Isso ocorre porque os trabalhadores foram empurrados à passividade,

de, em função de suas direções sindicais, que estão submetidas à política da OMS e de alguns governadores, que fazem oposição a Bolsonaro. E, como estão temerosos com a perda de emprego e redução salarial, acabam acatando a flexibilização do isolamento.

Mais ainda. O silêncio cômodo das direções dos sindicatos, movimentos sociais e centrais dispersa e divide os trabalhadores. Isso, no momento em que avançam as duas crises, a sanitária e a econômica. O governo Bolsonaro, para proteger os interesses dos capitalistas, impõe duras medidas contra os explorados, como a suspensão do trabalho, redução salarial e demissão. Os governadores, de conjunto, bolsonaristas ou não, não divergem quanto a essas medidas. Os burocratas sindicais, por sua vez, entraram no jogo das negociações em torno dos empregos e salários com o patronato.

Os capitalistas, sugadores das condições de existência das massas, se sentem tranquilos e de mãos livres para agir, pois, contam com a passividade e desorganização dos explorados. O que torna mais urgente a tarefa de combater a política de conciliação de classes dos burocratas sindicais, para que os organismos dos trabalhadores sejam colocados a serviço da luta contra a burguesia e seus governantes.

As brutais consequências da crise econômica e sanitária, certamente, empurrarão as massas exploradas a romper o cerco da burocracia traidora, e retomar a luta em defesa dos empregos, salários e condições de vida.

Rio Grande do Norte

Ensino a Distância: Governo Fátima (PT) e seus agentes aproveitam a quarentena para aprofundar a excrecência capitalista na educação

Em março, assim que o governo Fátima publicou o decreto de suspensão das atividades, a direção do SINTE seguiu essa diretriz, e suspendeu também as atividades públicas. Tudo em conformidade com o desmonte da greve geral da educação, do dia 18 de abril. Vale lembrar que, no dia 19 de março, um conjunto de empresas, que usam as plataformas digitais, correram atrás do governo para oferecer seus pacotes. Várias representações estavam presentes na Secretaria do Estado: Conselho Estadual de Educação, União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RN), Núcleo de Tecnologia da Secretaria Municipal de Educação de Natal, IFRN, e as empresas: ES IG Software e Consultoria, Portal Clickideia e o grupo Google for Education. Todos diziam estar preocupados com o momento da pandemia, quando, na verdade, os grupos capitalistas queriam ampliar os seus negócios no ramo da educação, no estado do RN.

No site da Secretaria da Educação do RN, o governo fortalece a propaganda da política do EaD, anunciando que ampliará o uso de ferramentas digitais no ensino, orientação essa fortalecida pela SEEC, em parceria com os grupos que controlam as plataformas de ensino a distância: Escola Digital, SIGEDUC, Escolas da Rede Clickideia, Google of Education, Colégio Porto e Call (Centro de Aperfeiçoamento de Língua e Linguagem).

Como vemos, o governo Fátima, por meio de seu secretário de educação, teve uma ação centralizada, em parceria com as empresas de EaD, pois, conseguiu reunir, no dia 19/03, um dia após a suspensão da greve geral na educação, todas as instituições educacionais do estado, para apresentar a política de ampliação do ensino a

distância. A expressão mais forte da excrecência do capitalismo.

Essas orientações logo chegaram às escolas públicas do estado, com ou sem greve, bem como aos municípios da grande Natal, como São Gonçalo do Amarante, na forma de pressão sobre os professores, para que enviassem atividades online. Inclusive, com proposta de cadastramento de professores para formação de cursos online. Com isso, os diretores passaram a pressionar os professores grevistas, discutindo, inclusive, o fim da greve, com o palavreado de se tratar de um momento delicado que todos estavam vivendo, que a prioridade não era mais a greve, mas ajudar os estudantes durante a quarentena.

Houve um diretor que chegou a publicar, em um grupo de pais, um questionário online para que eles respondessem se tinham celular e internet. Afirmou que iria mandar atividade digital para os alunos. Numa postura clara de sabotagem à greve do estado. Os pais, que não dispõem dos dispositivos, se preocuparam com os encaminhamentos do diretor, pois, sabiam que não teriam condições materiais de realizar as tarefas do EaD, e passaram a pressionar o diretor pela suspensão dessa política. Como se pode ver, por trás da política do governo Fátima e dos capitalistas do EaD, houve dois golpes: a sabotagem da greve dos professores no estado e a expansão do ensino a distância, que aprofunda o processo de destruição da escola pública.

Diante disso, fica claro que o governo Fátima segue a mesma política de destruição e privatização da educação do governo Bolsonaro, que amplia o EaD, entregando a educação pública aos

capitalistas, que irão ampliar o ensino a distância. A tendência é que todos os governadores acompanhem essa mesma política, que favorece os grandes capitalistas internacionais desse ramo tão lucrativo, que é o EaD.

O que está por trás dessa política?

Trata-se de desresponsabilizar o Estado com a educação pública, entregando-a aos grupos privados. Com isso, destrói a educação presencial, pois, não terá despesa, nem com trabalhadores em educação (porteiro, merendeiro, secretário de escola, professor), tampouco com a estrutura das escolas. Fica claro que o ensino presencial entra em choque com o ensino a distância. Reflexo de destruição da escola pública em detrimento da escola privada. A dissociação entre a teoria e a prática, e o método memorístico, prevalecerão mais ainda.

É preciso lembrar que o EaD não é novidade. Está na LDB de 1996, e já é quase predominante no Ensino Superior das universidades privadas do país. Nas Universidades Públicas, o percentual já chegou aos 40%, e, com a reforma do ensino médio do governo Temer, também autoriza o mesmo percentual para escolas de ensino médio. O governo agora quer ampliar para todos os níveis de educação, para entregar mais ainda a educação pública aos capitalistas. Os tecnocratas afirmam que não podemos fugir deste tipo de ensino, pois, o mundo digital, com suas ferramentas, serve para “ajudar” o ensino, principalmente neste momento de quarentena.

É com esse discurso que tentam convencer os professores e estudantes para se adequarem a esta nova realidade. Usam a crise sanitária para pressionar os pais, estudantes e professores a aceitarem o mercado tão “promissor” da EaD.

O que a Corrente Proletária na Educação fez?

Fomos a única corrente que alertou do perigo do EaD. Escrevemos uma nota e publicamos para os pais, estudantes e professores, para não aceitarem esta política de Estado. Colocamos também que era uma política discriminatória, pois, nem todos têm acesso

às tecnologias digitais. Dissemos que era preciso que a direção do SINTE/RN se posicionasse diante do ataque da SEEC e diretores, sobretudo no momento em que a categoria ainda estava em greve, na defesa do pagamento integral do Piso. A direção do SINTE, no outro dia, posicionou-se, dizendo em uma nota que “desaconselhava” os professores a realizarem aulas digitais.

O programa da Corrente Proletária na Educação

Não defendemos a escola velha, muito menos a escola digital. Defendemos uma educação em que se possa ligar a teoria com a prática, que é a educação vinculada à produção social, por meio da qual os estudantes poderão realmente aprender. Rejeitamos o EaD, por ser uma excrescência do capitalismo, em sua fase de decomposição. Lutamos por reivindicações democráticas, como Educação pública, única e gratuita para todos; expropriação de toda rede privada de educação; estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha; nenhum jovem fora do trabalho e dos estudos; emprego a todos os trabalhadores e salário mínimo vital.

Contra-ataque

No dia 7 de abril, circulou entre os professores, no Diário Oficial do Estado, através do Conselho Estadual de Educação, a orientação já citada no site da Secretaria da Educação do RN de que, no momento de quarentena, é necessário que se tenham atividades digitais, além de acrescentar o sábado como dia letivo, e que as atividades devem atender a totalidade dos estudantes. Percebe-se que o governo Fátima se esconde por trás da Secretaria de Educação e do Conselho Estadual de Educação para implementar sua política privatista, que é o EaD. E que os sindicatos, centrais, partidos não tem reagido.

É preciso que a vanguarda mais consciente se coloque contra esse ataque e ao conjunto de medidas que vem sendo imposto aos explorados e estudantes. E o caminho é o da retomada da luta, portanto, de rejeição à política e conciliação de classes das direções sindicais e estudantis.

Rio Grande do Norte / POR realiza formação quinzenal secundarista

O estudo com os secundaristas vinha ocorrendo com a leitura e discussão da Cartilha para formação Secundarista. Mas, devido aos acontecimentos recentes, a Corrente Proletária na Educação entendeu ser necessário nos apropriar, também, sobre o ensino a distância, em razão da pressão dos agentes e governos da burguesia, em especial do governo de Fátima (PT), em colocar o ensino virtual como alternativa à suspensão das aulas pelo isolamento social do Coronavírus.

Uma das camaradas fez uma exposição, traçando um panorama da implementação da EaD, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, com a LDB de 1996, passando pela impotência dos governos do PT, em que implementaram um meio termo, entre o ensino presencial e o ensino a distância, até as novas medidas de privatização e implementação da EaD.

Discutiu-se que, em meio a esse processo de imposição do EaD, houve aprofundamento do desemprego e subemprego entre os trabalhadores da educação. Uma camarada fez uma comparação da crescente substituição do homem pela máquina na educação, em que softwares já fazem um trabalho, virtual, que seria dos professores. Nota-se aí a perda da relação presencial professor-aluno, na contramão das mais básicas lições pedagógicas da superioridade do contato social na aprendizagem. Outro ponto discutido foi o autodidatismo, romanceado pelos tecnocratas da

educação privada, como uma pretensa “liberdade de o estudante escolher o que quer aprender”, a despeito das evidentes estatísticas de fracasso nesse tipo de ensino. Trata-se, na verdade, do rebaixamento geral do aprendizado, em que a burguesia se exime da responsabilidade de garantir educação pública a todos, ao diminuir a presença do Estado na educação.

Foi mencionado, também, que o rechaço ao EaD não significa que a defesa do ensino presencial existente, pois, a escola atual é burguesa, de ensino conteudístico e memorístico, além de não ser científica, por não ser possível, no capitalismo, aplicar a unidade entre teoria e prática. A escola que reivindicamos é outra, socialista, que expresse a cientificidade, por meio da planificação econômica e da unidade entre o fazer e o pensar, teoria e prática, o que somente é possível com a revolução proletária.

Por fim, foi apontado que o isolamento social está sendo aproveitado pela burguesia como um verdadeiro laboratório para a implementação de vários ataques, como ensino a distância, o que mostra que, tanto a crise sanitária, quanto o EaD, são expressões da barbárie social capitalista, e que a vanguarda precisa estar atenta e pronta para agitar as tendências de luta, que se acumulam e, mais cedo ou mais tarde, podem explodir, a exemplo dos explorados que rompem o isolamento social, pois, não aguentam a fome, a miséria e a pobreza.

Sinpeem

Mesmo com as escolas fechadas, a burocracia sindical mantém as eleições para a Diretoria do SINPEEM, com votação on-line

Na reunião do Conselho Geral da entidade, ocorrida no dia 13 de março, a direção majoritária do SINPEEM apresentou o Regimento Eleitoral para ser apreciado. Entre os critérios, estava contida a forma de votação, que será on-line. A data final para inscrição das chapas foi fixada em 22 de abril, e o dia da eleição, no dia 22 de maio.

A maioria dos Conselheiros, erroneamente, aprovou o formato on-line de votação. Dizemos que foi um erro, porque é um claro indicativo de que a burocracia majoritária vem se afastando da base. Evita fazer uma eleição com postos nas escolas, pois, teria de encarar de frente os problemas existentes, os quais, por sua vez, são fruto dos ataques sistemáticos, praticados pelo governo Bruno Covas/PSDB. E aqui se coloca um problema para o presidente (candidato a mais uma reeleição) Cláudio Fonseca, dado que, como vereador pelo Cidadania (ex-PPS), compõe a base política do prefeito tucano na Câmara dos Vereadores.

Para além desses aspectos mais gerais, contudo, há fatores mais pragmáticos para a preferência da burocracia sindical pelo formato on-line. É sabido que o Fonseca possui maioria de votos, mas, é sabido também que a sua base eleitoral está concentrada nos aposentados, e em algumas regiões da cidade, como é o caso da Norte. É um fato também que a sua base tem um perfil mais conservador e, portanto, menos “militante”. Não raro, encontramos os integrantes do Coletivo Compromisso e Luta furando greve nas escolas, ao passar com o comando.

O que significa que, se a eleição fosse profundamente enraizada na base, nas diversas regiões, provavelmente o resultado nas urnas poderia favorecer a Unidade da Oposição (UO) – não ao ponto, ainda, de colocar em risco a vitória da chapa situacionista, todavia, possivelmente dando um percentual maior à oposição, conferindo a esta mais cadeiras na Diretoria. Um indicativo concreto em que se assenta essa análise é o resultado das últimas disputas para o Conselho. Tendo em vista que esta eleição é regionalizada, acaba servindo de termômetro do tal enraizamento. Nela, a UO consegue impor derrotas pontuais, mas sensíveis, ao setor majoritário.

Trocando em miúdos, como a oposição tem um perfil de militância mais à esquerda e mais aguerrido (embora seja bastante heterogênea), se destacando nos períodos de greve e mobilização, acaba projetando seus quadros regionalmente, o que ajuda no momento de campanha para a Diretoria. Fonseca, por seu turno, conta com a imagem de “bom negociador”, capaz de conseguir benefícios para a categoria, cultivando cuidadosamente essa concepção tipicamente paternalista/clientelista, associada a uma variante do “sindicalismo de resultados”. Com esse perfil de “caudilho”, o Cláudio se torna, em comparação com a oposição, menos “dependente” de uma campanha face a face nas escolas.

Essas considerações são importantes agora, pois, além da votação on-line, há o problema da pandemia. As escolas estão fe-

chadas, mantendo apenas um reduzido contingente em rodízio, formado por gestores e quadro de apoio. E a burocracia sindical ainda pretende manter o calendário eleitoral! Com qual argumento? Primeiro, que a data da eleição, determinada pelo Conselho, ficou para o final de maio. Não se sabe se as escolas estarão fechadas até lá – embora todas as pesquisas apontem que o contágio se estenderá para além desse prazo. Segundo, utiliza justamente o fato de a votação ser on-line, de modo que as pessoas poderiam participar de suas respectivas casas, usando seus smartphones ou similares.

Mas, e o processo de montagem das chapas? E a campanha em si? Para a direção majoritária, nada disso importa. O Cláudio monta a sua chapa indicando os nomes, e pronto. Não precisa contar com Convenções abertas, amplas e democráticas, como fez a UO em 2017 (última eleição). Logo, desse ponto de vista, tanto faz se as escolas estão fechadas ou não. Quanto à campanha, prevalece

As escolas estão fechadas, mantendo apenas um reduzido contingente em rodízio, formado por gestores e quadro de apoio. E a burocracia sindical ainda pretende manter o calendário eleitoral!

o que já foi dito acima: a Compromisso e Luta se apoia mais no caudilhismo do Fonseca. Assim, a tendência é que a manutenção do calendário eleitoral prejudique mais a oposição.

Em função disso, a UO já iniciou uma campanha virtual pelo adiamento das eleições, chegando a protocolar um pedido formal. As outras chapas – fora a situacionista, claro – também se pronunciaram pelo adiamento, cada uma com a sua fundamentação. E, nesse ponto, se encontra outra face do problema, que é a argumentação em si. Toda a esquerda, a UO inclusive, se encontra debaixo do guarda-chuva da orientação que vem da OMS, portanto, do imperialismo, que é de seguir o isolamento social. Ou seja, as eleições devem ser adiadas, *pois*, os trabalhadores devem ficar em casa e essa é a “prioridade máxima”, de modo que sequer cabe discutir outro assunto. Não há “clima” para falar em eleição, quando todos estão envolvidos pelo luto, e pela necessidade de preservar a própria vida. Essa é a linha argumentativa geral.

A exceção é a Corrente Proletária na Educação/POR, que tem apontado a necessidade de se analisarem as contradições inerentes às duas crises, a econômica e a sanitária, demonstrando que a indicação científica relativa ao isolamento, como medida de contenção do contágio, não é aplicável, exigindo das massas que recorram aos seus métodos próprios de luta para combater o avanço da barbárie.

Sendo assim, a Corrente Proletária/POR acaba sendo obrigada a se ligar aos defensores do adiamento, mas como uma unidade prática de ação, reservando-se o direito de expressar livremente o seu posicionamento. Isto é, bate junto na direção majoritária, mas caminha separadamente, com sua própria política. Defende o adiamento exclusivamente pelo fato de as escolas se encontra-

rem fechadas por determinação do governo, impossibilitando a realização de Convenções democráticas e da própria campanha eleitoral, que pressupõe conversar com os trabalhadores no chão-de-escola.

Acontece que a política da majoritária não destoa da esquerda em geral, no que diz respeito à questão do isolamento. Se está avaliando manter o calendário, é tão somente pela conveniência na disputa por votos. Tanto que já convocou uma reunião da Comissão Eleitoral para o dia 13 de abril, antecipando apenas que a pauta seria a “apreciação dos pedidos de adiamento da eleição”, sem dizer como irá se posicionar a esse respeito. É possível que a campanha pela suspensão temporária, com a ideia da “defesa da vida”, já esteja surtindo efeito, incidindo sobre a base do próprio Cláudio. Tudo indica que, na reunião do dia 13, irá manter o calendário como está, ainda mais agora, quando a política de isolamento já está sendo desfeita; se optar pelo adiamento, será pela pressão da oposição, configurando uma vitória pontual sobre a direção majoritária. Em todo caso, sabe-se de antemão que, seja qual for a posição da majoritária, ela acabará prevalecendo, uma vez que possui maioria na Comissão – são cinco membros, três da Compromisso e Luta e dois da UO.

Há, por outro lado, um elemento que não pode ser ignorado, que é o “incômodo” que pode ser gerado para o Cláudio no caso

de as duas eleições, a sindical e a para vereador, ficarem muito próximas – considerando a hipótese do adiamento. O motivo já foi exposto no começo deste texto, que é a sua ligação com a chapa do prefeito. Pega mal o presidente do sindicato comparecer no santinho ao lado do “patrão”. Isso já aconteceu no último pleito, quando o Cláudio surgiu em materiais de campanha ao lado do então candidato, João Doria. Essa imagem circulou bastante, provocando um efeito negativo para o Fonseca, no âmbito do SINPE-EM. Olhando por esse prisma, quanto mais tempo entre as duas eleições, melhor para o Fonseca: sua intenção deve ser a de se desvencilhar o mais rápido possível da disputa sindical, pois, ficaria com as mãos livres para tentar a reeleição para a vereança.

Como se vê, a eleição sindical nem começou oficialmente e já está envolta num mar de lama, com a intromissão de diversos interesses, alheios às reais necessidades da categoria. Bem longe dessa podridão se encontra a Corrente Proletária, que se posiciona contrária ao formato on-line de votação e defende que as eleições para Diretoria sejam suspensas imediatamente, de maneira que os novos prazos sejam deliberados pelos trabalhadores em assembleia, logo após o retorno às escolas. Na base desse posicionamento, está a defesa intransigente dos princípios da democracia operária e da independência de classe, e não os cálculos mesquinhos de votos ou outras considerações apartadas da vida dos explorados.

USP

Agressão no Crusp

Na noite de 16 de março, uma militante do POR foi agredida fisicamente pelo secretário da Associação de Moradores do CRUSP (Amorcrusp). A agressão foi motivada pelo interesse político desse secretário de acobertar a atual gestão, que insistentemente se negava a não prestar contas da Associação. O POR realizou na manhã seguinte um ato político, denunciando o fato, exigindo um pronunciamento da gestão, e defendendo a expulsão do secretário da Amorcrusp. A gestão correu para confirmar a convocação de uma assembleia, e concordou com a expulsão do secretário.

O problema da prestação de contas, no entanto, remonta a janeiro de 2019, quando a antiga gestão, em cuja composição havia parte dos atuais diretores, encerrou seu mandato com algumas irregularidades na prestação de contas, tais como: inexistência de prestação das contas por seis meses; lançamento de gastos sem notas fiscais; decisão de gastos por fora da assembleia, decisão individual do tesoureiro por determinados gastos, e, suposto furto, não comprovado, de R\$5.700,00 que estavam na casa do então tesoureiro, que, inclusive, se mantém na atual gestão. As irregularidades financeiras vieram à tona devido a iminente posse de uma nova gestão, o que exigia a apresentação das contas em uma assembleia.

A época, intervimos no processo defendendo a suspensão do então tesoureiro; a formação de uma comissão, subordinada à assembleia, para apurar o furto, e o ressarcimento integral dos R\$5.700,00 aos caixas da Amorcrusp. Essa posição fez emergir um setor da vanguarda do movimento em defesa incondicional do tesoureiro, e, portanto, das irresponsabilidades cometidas por ele. É preciso constar, que esse tesoureiro foi uma referência no movimento por moradia, e nos grandes momentos de con-

vulsão na universidade, como nos casos de ocupação. Por isso, o POR foi atacado, ficando isolado no rechaço às irregularidades financeiras da Associação, e na defesa do controle coletivo dos recursos do movimento.

Na impossibilidade de prestar contas devidamente; na impossibilidade de comprovar o furto; na negativa velada em ressarcir o caixa da Associação, o tesoureiro e seus satélites, armaram um desvio de atenção por meio da propaganda de informações caluniosas contra uma moradora, simpatizante do POR. É assim, que na assembleia de posse de uma nova gestão, na qual faziam parte essa e outros simpatizantes, o tesoureiro e comparsas deram um golpe. Não se discutiu a prestação de contas e impediu-se que a nova gestão assumisse, sob a artimanha do desvio de atenção. Dali, conformou-se uma comissão eleitoral composta pelos comparsas. A eleição foi marcada. Houve apenas a inscrição de uma chapa, a do tesoureiro e consorciados, que hoje, após 10 meses, continuam incidindo no mesmo erro de não prestar contas, e avançam no método da calúnia para a agressão física, de modo a fazer valer sua política reprovável.

Hoje, se por um lado, a política irresponsável com os recursos da Associação se mantém, por outro, não se mantém o apoio aberto de toda aquela parcela da vanguarda, que havia se manifestado anteriormente. Assim como, não se mantém a passividade do conjunto dos moradores frente a essa irresponsabilidade. É dessa forma, que o ato político convocado pelo POR, na manhã do dia 17 de março, consistiu em passar de bloco em bloco dos oito que existem na moradia, como o microfone aberto, denunciando a agressão. Nisso, muitos moradores desceram de seus apartamentos para se somarem ao ato. Alguns desses fizeram uso da palavra para condenar a violência cometida pelo secretá-

rio e criticar a gestão. Outros, preferiram falar da janela de suas casas, sendo que nenhum deles saiu em defesa da gestão. Vale ressaltar que, nesse ato, compareceram inclusive estudantes que não moram no CRUSP, que, entendendo a gravidade do problema, atenderam prontamente ao chamado do POR.

Essa manifestação ativa dos moradores se deu num quadro de profunda insatisfação contra a direção da Amorcrusp. Afir-mamos isso mediante os inúmeros relatos, denúncias e reclamos que nos chegaram, ao longo das distribuições dos dois boletins que precederam a agressão. Esses boletins cobravam justamente a prestação de contas. Uma vez que a distribuição é feita por debaixo das portas, dos quase 500 apartamentos que existem no Crusp, muitos moradores ao virem o boletim, abriam a porta de suas casas, e vinham conversar conosco. Denunciaram festas quase que diárias nos apartamentos dos diretores, e festas privadas dentro da Associação. Denunciaram a perseguição política ao advogado da Associação, que culminou em sua demissão. Denunciaram o não pagamento de dois meses de salário desse advogado. Reclamaram do caixa zerado da Amorcrusp, ao mesmo tempo que reclamaram da nula ou pouca atuação da atual gestão no movimento.

Essa insatisfação e o rechaço à agressão contra uma moradora e opositora política dessa direção foram as bases que motivaram uma centena e meia de moradores a comparecerem em assembleia e a expulsarem o tesoureiro da Amorcrusp. A direção não teve como sustentar seu assecla, que agora a colocava em maus lençóis. Era preciso extirpar o membro já condenado e, com isso, preservar o resto do corpo. É assim, que a gestão não apenas consentiu com a expulsão do tesoureiro, como também foi um dos propositores dessa medida. “Chutaram o cachorro de guarda”, que nem mesmo compareceu à assembleia para se defender. Abandonado pelos comparsas vendilhões, seus direitos políticos foram rifados em benefício da preservação do controle burocrático da Associação.

Essa assembleia foi a vitória política do POR, que não se dobrou às calúnias, às difamações e ao isolamento, mas se manteve irredutível na defesa da prestação de contas, como parte da defesa de uma Associação de moradores independente e de luta. Os lacaios ordinários da atual direção da Amorcrusp procuraram silenciar a oposição, valendo-se de métodos escusos; valeram-se da violência física para intimidar o POR, mas não encontraram a frente um corpo amorfo e coagido, mas a determinação de um partido orientado pelo programa do proletariado. O POR não se prostrou em resignação, mas enfrentou a agressão e conseguiu o que foi buscar: a defesa dos organismos das massas das tendências degenerativas de direções burocráticas.

Sem uma direção revolucionária a burocratização é inevitável

A atual gestão da Amorcrusp é composta por militantes que se intitulam anarquistas. A política que defendem, no entanto, é reformista. Não se trata do reformismo clássico, mas um já bastante degradado. Ainda não se observa vínculos com a burocracia universitária, ao menos, não se estabeleceu laços estreitos o suficiente para que a política de conciliação de classes fosse determinante, como reflexo da pressão dessa burocracia. O reformismo desses anarquistas é um compadrio.

Isso porque uma verdadeira política reformista, aplicada ao

Crusp, procuraria se apoiar na institucionalidade para minimizar as mazelas gerais vividas pelos moradores, mas esse não é o objetivo dessa direção. Ainda que fosse, a reitoria não está pela defesa do Crusp, mas pela sua destruição, como forma de levar adiante a privatização e a elitização da universidade, por isso, que aqueles que buscam esse caminho, acabam inevitavelmente por conciliar e trair o movimento.

No entanto, há algo em comum entre os reformistas e esses autointitulados anarquistas, ambos não estão pela solução dos problemas gerais do Crusp. Essa gestão está pelo favorecimento de uma ultraminoria de moradores: os seus aliados políticos, ou melhor dizendo, seus amigos pessoais. Daqui emana a força que os impede de prestar contas, porque nela inevitavelmente se revelaria o uso particular dos recursos da Amorcrusp em detrimento das necessidades coletivas do movimento de moradores.

Apenas uma direção que empunhe um programa revolucionário pode verdadeiramente prestar as contas de uma Associação de Moradores, ou de qualquer outro organismo das massas.

Na negativa em sanar os problemas de moradia estudantil por meio de um duro enfrentamento com a reitoria e com o governo do Estado, ficou mais fácil beneficiar a patota de comparsas. É assim que se distribui cargos de secretário da Associação aos amigos; que se distribui dinheiro da Associação para supostos projetos e atividades de amigos; que se faz festas particulares para os amigos, no espaço da Associação. Nisso, há traços de assistencialismo enlameado com favoritismo, que beira a corrupção política. Não por menos, se valeram da agressão como método político para calar a oposição. Essa prática gangsteril é própria de direções burocráticas, degradadas e mortas para a luta.

Apenas uma direção que empunhe um programa revolucionário pode verdadeiramente prestar as contas de uma Associação de Moradores, ou de qualquer outro organismo das massas. Isso porque é parte do seu programa a defesa incondicional do uso dos recursos exclusivamente para a luta coletiva, o que pressupõe o controle coletivo desses recursos, a começar pela deliberação em assembleia sobre os gastos, passando pela prestação de contas, amplamente divulgada, com a devida disponibilização das notas fiscais e recibos, que comprovem as planilhas. Esse processo se finaliza com a aprovação ou rechaço dessas contas pelo conjunto dos moradores, igualmente em uma assembleia de prestação de contas.

Uma gestão, que faz uso dos recursos da Associação para beneficiar a ela e a sua patota de comparsas, desconhece a premissa básica que o “dinheiro do movimento é do movimento”. Seu uso particular implica em apropriação privada de recursos coletivos, e, a consequência imediata é a dissociação entre direção e a base. Uma direção que faz uso indevido dos recursos coletivos não pode se apoiar na base, mas ao contrário, será obrigado a afastá-la, como forma de escamotear os seus erros. A atual direção da Amorcrusp está corrompida e precisa ser superada. Na fase de decomposição do capitalismo, ou a direção é revolucionária, ou inevitavelmente se burocratizará, em menor ou maior grau. Ergamos uma direção revolucionária na Amorcrusp!

Nesta edição:

- **Argentina:** Por que dizemos que é urgente impor o controle operário coletivo da produção? / É necessário expulsar a burocracia e recuperar as centrais e os sindicatos para os trabalhadores.
- **Bolivia:** O Coronavírus em algum momento passará.
- **Internacionais:** Retrato da barbárie nos Estados Unidos / Equador espelha a barbárie na América Latina / Novas condições se abrem para o proletariado mundial tomar a frente da luta de classes.
- **Lênin:** Lênin e as epidemias / *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional

Argentina

As medidas econômicas do governo não resolvem a grave crise

O governo foi obrigado a adotar algumas tímidas medidas econômicas, para tentar evitar o aprofundamento da recessão. O problema não é o coronavírus. É a paralisia da economia, provocada pelo governo, ao privilegiar a negociação com os credores externos, respeitando suas imposições, para pagar a dívida externa. A constatação de que a economia continua regredindo, que incomodava inclusive sua própria base eleitoral, o forçou a tomar algumas medidas limitadas, que não resolvem nenhum dos problemas mais graves da economia, agora em xeque também pelas medidas de quarentena.

Apostava que os hidrocarbonetos e a mineração colocariam em movimento a economia, gerando os dólares para pagar a dívida. A brutal crise mundial bateu-lhe a porta na cara, e o empurra a buscar outras vias para enfrentar a crise. A expansão da mineração foi frustrada pela formidável resposta popular.

A queda do PIB será extraordinária. As recentes medidas apenas servem para manter um setor da população e, dificilmente, conseguirá movimentar lentamente a economia.

O governo não dá resposta à questão salarial. A grande maioria dos trabalhadores ativos e aposentados não conseguem cobrir o custo da cesta básica. Tampouco dá resposta aos milhões de trabalhadores informais, desempregados e precarizados, que vivem no dia-a-dia e que agora estão fechados nas suas casas, durante semanas a fio.

- Algumas das medidas são de ajuda direta às empresas: para pagar os salários, isentar o patronato de tributações (a setores afetados de forma crítica pela emergência); amplia o REPRO (Programa de Recuperação Produtiva), para garantir empregos àqueles que trabalham em empresas afetadas pela emergência sanitária (atividades de lazer, cinema, teatro, turismo, transporte de passageiros e hotéis).
- “Preços máximos para alimentos, produtos de higiene e remédios”. Essa medida já fracassou todas as vezes em que se aplicou. Os preços do início de março já eram impagáveis para a grande maioria da população. Os preços não se controlam nas prateleiras dos mercados. Insistimos, os preços devem ser controlados pelos trabalhadores, abrindo a contabilidade de todas as empresas, impondo o controle operário coletivo da produção

e distribuição, medidas que este governo não adotará.

Os artigos essenciais de higiene e remédios devem ser produzidos pelo Estado, para garantir o fornecimento a toda a população.

- “Reforçar-se-á o seguro desemprego”. A resposta ao desemprego é distribuir todo o trabalho entre todos os trabalhadores, sem diminuir o salário. O que precisamos são empregos para todos. Na apresentação das medidas, sequer informaram qual seria o valor do seguro desemprego. O valor máximo é absolutamente insuficiente para a sobrevivência de uma pessoa.
- “Pagamento extra de \$ 3.100 por AUH (Auxílio Universal por Filho) e AU (Auxílio Universal por Gravidez). Adiamento da cobrança das dívidas de abril e de maio com a ANSES (Administração Nacional da Seguridad Social), de AUH e aposentados. Aposentados e pensionistas, que ganham o mínimo, receberão o abono de \$ 3.000 de uma só vez. Aqueles que ganham abaixo de \$ 18.892 receberão a diferença entre seu benefício e este montante”. Continua sendo um valor ínfimo, que não receberão os aposentados que ganham mais de \$ 19.000, lembrando que a cesta básica na Argentina supera os \$ 60.000.
- “Mais de 11 milhões de autônomos se cadastraram para receber o subsídio de \$ 10.000 nesse mês”.
- “Fortalecer-se-á o fornecimento de alimentos nos restaurantes comunitários e espaços de contenção de setores vulneráveis”. Os movimentos sociais reclamam que não chegam todos os alimentos necessários. É preciso assegurar que ninguém fique sem comer, que haja alimentos para todos, de qualidade, e em quantidades suficientes.
- “Incrementar-se-á em 40% a previsão orçamentária para gasto de capital, destinando \$ 100 bilhões a obras de infraestrutura, educação e turismo”.

As obras devem começar imediatamente, para absorver milhares de trabalhadores desempregados. Devem ser assumidas por empresas construtoras do Estado, para aproveitar ao máximo o investimento, sem nenhuma intervenção privada, sob controle coletivo dos trabalhadores, para que não se desvie nenhum centavo, para acabar com a farra dos superfaturamentos e propinas. Para opinar se essa quantia é importante ou não, devem dizer quantas casas, hospitais e escolas serão

construídas, onde e com que dinheiro.

- “ Serão criados uma série de empréstimos a juros baixos, no valor de \$ 350 bilhões, para garantir a produção e abastecimento de alimentos e insumos básicos, impulsionar a atividade e financiar o funcionamento da economia nesta conjuntura”.

A quem serão emprestados? Condicionar-se-á às empresas que não tenham entrado no “branqueamento”, que não tenham comprado dólares para levar para fora do país, que não tenham pendências judiciais, que não tenham empresas em paraísos fiscais, que não empreguem trabalhadores sem registro, que não estejam implicados em nenhuma denúncia de abuso de preços? Como se controlará essa massa de dinheiro, para não ser colocada na jogatina especulativa? Ou, então, que seu capital já tenha sido colocado em aplicações financeiras, e que agora para produzir pedem dinheiro subsidiado. Toda a burguesia, a grande, a média e a pequena está envolvida nos mecanismos mais parasitários.

A forma de evitar que as negociatas é estatizar todo o sistema financeiro, sob controle coletivo dos trabalhadores. Muitos dos grandes empresários fizeram seu capital contraindo generosos empréstimos, que nunca devolveram ou, se devolverem, estarão subvalorizados. Nunca perdem a oportunidade para fazer grandes negócios com as crises.

Todo esse aumento do gasto e investimento não será financiado por impostos sobre as grandes fortunas, nem sobre os lucros

extraordinários. Portanto, tem um componente explosivo.

O governo acredita que não aumenta a produção porque não há crédito. Mas, a produção não aumenta porque não há mercado. Porque caiu brutalmente o poder aquisitivo da maioria. Sem uma forte recomposição dos salários e aposentadorias, não haverá reativação econômica. A ideia de dedicar-se à produção para as exportações fracassou.

Mas, o essencial é que não há política burguesa que possa destravar as forças produtivas bloqueadas. É a grande propriedade privada da terra, das fábricas, dos minérios, das empresas de serviços, dos bancos, das petroleiras, que impede que se desenvolvam as forças produtivas. É necessário transformar toda essa propriedade privada em propriedade social (de todos em geral, e de ninguém em particular), para poder planificar a economia e colocá-la a serviço da maioria oprimida.

Esta tarefa não será obra de nenhum governo burguês, que respeita a grande propriedade e, além disso, pretende que o capital financeiro invista no desenvolvimento do país. Essa tarefa será obra da classe operária no poder, dirigindo a maioria oprimida, que romperá todas as correntes que nos amarram ao imperialismo, e começará a construir o socialismo, projetando-o para os Estados Unidos Socialistas da América Latina.

(Extraído do Jornal Massas, nº 366, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina, abril de 2020)

Argentina

Por que dizemos que é urgente impor o controle operário coletivo da produção?

A crise sanitária colocou uma série de questões: qual produção consideramos essencial e por que, em que condições trabalhamos; se os aspectos básicos de higiene são atendidos, o número de trabalhadores com doenças pré-existentes nos diferentes ramos e, fundamentalmente, qual classe é a mais capacitada para controlar e planejar a produção.

A burguesia mostra que seus interesses são opostos aos da maioria oprimida

As patronais dos diferentes ramos mostraram seu desprezo pela vida, ignorando as licenças de trabalhadores que, devido à idade ou doenças pré-existentes, estavam em maior risco. Em geral, foi a ação das comissões e órgãos internos dos delegados que garantiram o cumprimento dessas licenças. Essas medidas iniciais do governo mostraram rapidamente suas limitações, dizendo que aqueles que possam trabalhar em casa o façam, deixando a grande maioria dos trabalhadores como bucha de canhão. Antes da quarentena geral, discutia-se, entre as bases e as comissões internas, a necessidade de reduzir a produção ao essencial. O caso da UOM [União Operária Metalúrgica] Rio Grande foi, nesse processo, um dos mais avançados, desde que eles decidiram se retirar das fábricas, a partir de 16 de março.

As patronais seguiram o caminho oposto, como estão acostumados, procurando reduzir custos de qualquer maneira, ameaçando não pagar salários completos, demitindo, sem garantir quanto, quando ou como pagarão. A patronal da SIAT ameaçou explicitamente pagar apenas uma porcentagem dos salários, quando os trabalhadores (a maioria de risco) impuseram a interrupção da produção, o dono da TSU-Cosméticos já começou a descumprir novamente o pagamento aos demi-

tidos, e empresários têxteis mandaram os trabalhadores para suas casas, sem confirmar nem o valor, nem a data do pagamento.

São os trabalhadores os mais adequados para definir nossas condições de trabalho

Os trabalhadores ferroviários denunciam que os esquemas de proteção mínima não estão sendo cumpridos, exceto a Linha Sarmiento, devido à intervenção da comissão interna. Além disso, os trabalhadores da linha Roca denunciam que estão sendo desnecessariamente expostos, ao terem de controlar bilhetes de passageiros.

Em 27 de março, a Comissão Nacional de Regulamentação de Transportes (CNRT) aprovou uma série de medidas para o transporte público urbano, que podem ser resumidas na subida e descida pela porta traseira, isolamento físico entre motoristas e passageiros, e cancelamento da primeira fila. Em 20 de março, o corpo de delegados da Linha 60 expressou em um comunicado o pedido à empresa de transporte coletivo DOTA para: cancelar a porta da frente, subindo pela porta do meio, para reduzir a exposição ao contato, a implementação de uma cabine isolante, mudança de local da tela de validação, longe do motorista, controle e medição de temperatura para os trabalhadores, na entrada e no final do dia, garantir o fornecimento de álcool gel em todas as cabeceiras, inspeções e controles

dos organismos sobre a limpeza e desinfecção das unidades, durante o período dessa quarentena, uma vez que os passageiros também serão afetados por atividades essenciais para enfrentar a pandemia, solicitamos a isenção do pagamento do bilhete. Além de ter inutilizado, para esse momento, os bancos da frente. Como pode ver, não foi o ministério dos transportes, foram os trabalhadores organizados da linha 60 que impuseram as medidas mais apropriadas, não apenas para cuidar dos motoristas, mas também do conjunto de trabalhadores que usam o transporte público.

A importância do controle coletivo dos trabalhadores e da planificação da produção

Os trabalhadores portuários de Mar del Plata denunciaram que foram forçados a trabalhar aglomerados, quando sabem muito bem que os empresários pesqueiros destinam 95% da produ-

ção à exportação, trabalhadores do frigorífico Rio Platense denunciavam uma situação semelhante. Os trabalhadores da Felfort e da Pepsico denunciam que a produção de batatas fritas, salgadinhos e doces não é essencial. Enquanto que, na empresa de panificação Bimbo, a reclamação é que questões básicas de higiene e prevenção não garantidas, colocando em risco não apenas os trabalhadores, mas também os consumidores dessas mercadorias.

Essas experiências põem em evidência duas questões; por um lado, como o interesse da burguesia se opõe ao bem-estar da maioria oprimida e, por outro, a necessidade de impor o controle operário coletivo da produção. São os oprimidos, através de suas organizações, os mais indicados para definir quais são as prioridades de produção e as condições necessárias para cuidar de nossa saúde.

(Extraído do Jornal Massas, nº 366, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Argentina

Em meio à crise, as patronais demitem, suspendem, baixam os salários, precarizam mais o trabalho e não garantem as condições mínimas de segurança. Onde estão a CGT e as CTAs, onde estão os sindicatos?

É necessário expulsar a burocracia e recuperar as centrais e os sindicatos para os trabalhadores

Perderam toda a independência frente aos governos patronais, frente aos empresários. Estão submetidos às suas políticas. A classe operária necessita, imperiosamente, recuperar sua independência política e organizativa. Nossos interesses são contrários, antagônicos e irreconciliáveis com os dos capitalistas, que procuram preservar e aumentar seu capital a qualquer custo, e nos levaram a esta situação de desastre.

Os burocratas, que há tempo passaram ao outro lado, defendem outros interesses.

A luta pelo salário e a aposentadoria desapareceu, enquanto a escalada de preços nos produtos mais essenciais não se detém. A quem a CGT consulta, para discutir com o governo e as patronais que os salários podem ser reduzidos?

Quando Daer¹ fala de discutir um piso salarial, do que se trata? Por acaso, não sabe que a cesta básica familiar já supera os \$ 60 mil? Ainda que depois tenha esclarecido que não estava discutindo a redução de salários, diante a enxurrada de críticas, nunca se pronuncia sobre qual é o salário mínimo que precisamos receber, nem como vamos lutar para conquistá-lo para a totalidade dos trabalhadores.

Em todas as partes, os trabalhadores são demitidos ou suspensos, com a justificativa da crise, da recessão, da forte queda na produção e nas vendas e do coronavírus. Querem nos fazer pagar esta crise.

Os trabalhadores que têm de continuar trabalhando, porque suas atividades são consideradas essenciais, não são protegidos, não contam com as medidas mínimas de segurança e higiene, recomendada todos os dias à população.

Para a direção da CGT e CTAs, não há nenhuma política para organizar o conjunto dos trabalhadores informais, terceirizados ou desempregados. É necessário organizar a totalidade dos trabalhadores, para poder atuar como uma força única e contundente, frente à prepotência patronal e suas políticas, que nos empurram

para a barbárie, na Argentina e em todo o mundo.

O capitalismo se decompõe, cai aos pedaços, devido à incapacidade de resolver sua crise, que, pelo contrário, se potencia. Não podemos ficar contemplando como desaba sobre nós e nos esmaga, temos de atuar com nossa própria perspectiva, para transformar a sociedade de conjunto.

É uma farsa se limitar a dizer que as demissões de empresas, como Techint, são repudiáveis. A direção da CGT deveria tomar a iniciativa, convocando os trabalhadores a ocupar as plantas da empresa, exigir sua expropriação, e chamar o conjunto dos trabalhadores a apoiar a medida. Os burocratas vendidos, serviços da patronal, opinam como se fossem comentaristas jornalísticos.

Não é invocando leis ou mesas de negociação que se defendem os direitos. Somente pela via da ação direta de massas podem se impor todas nossas reivindicações, não há outra língua que a da luta de classes.

O governo, como governo capitalista, defende a grande propriedade, portanto é incapaz e covarde para tomar medidas que afetem fortemente, ou acabem com essa grande propriedade, portanto não está em condições de tomar as medidas que requer a emergência dramática da situação. Não vai meter as mãos nos bancos, nos grandes proprietários das terras e nas multinacionais, para obter os recursos que a crise exige. A burocracia está enterada até o pescoço em seu compromisso em defender este regime esgotado. Temos de acabar com a burocracia o quanto antes, para recuperar nossas organizações, para desenvolver a grande luta para impor nossas reivindicações trabalhistas, sociais e políticas.

O caminho é discutir e nos organizar desde as bases, nos locais de trabalho e nos bairros. Colocando em pé agrupamentos revolucionários; coordenando nossas forças, como já fizemos em outros momentos críticos de nossa história.

(Extraído do Jornal Massas, nº 366, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

¹ Dirigente da CGT.

Bolívia

O Coronavírus em algum momento passará Mas continuará a pandemia do vírus capitalista, que mata de fome trabalhadores e oprimidos

A quarentena não pode se prolongar por muito mais tempo. De um lado, os empresários pressionam para que as empresas voltem a produzir. De outro, a gigantesca massa de trabalhadores autônomos, que ganha o pão de cada dia, não pode tolerar mais a quarentena, de forma que, se a quarentena se prologar, esta massa acabará se chocando com o governo e a sua política repressiva. Para os autônomos, o dilema é morrer por causa do coronavírus, ou morrer de fome.

Os empresários exigem que os escassos recursos do Estado sejam injetados como fundo para uso de seu setor (pedem ao menos US\$ 4 bilhões), além de várias formas de vantagem impositivas e de crédito (por exemplo, propõe criar um fundo de crédito rotativo, um tipo de crédito que não tem um número fixo de parcelas, em contraste com o crédito convencional, ou seja, que eles possam pagar quando quiserem, ou nunca).

O ministro da Economia do governo dos agroindustriais declarou: “Para nós, é uma prioridade que a indústria nacional possa continuar funcionando... Embora a prioridade atual seja a saúde, se trabalha por um fundo de reativação econômica para o setor agropecuário”.

Não há dúvidas de que o plano de reativação econômica burguesa, que já está em discussão com o governo, significará todo tipo de ataques e restrições contra os trabalhadores e seus direitos, além da preferência em apoiar a indústria privada, em detrimento das empresas públicas, que também precisam de injeção de capital.

Os trabalhadores devem se organizar para enfrentar o governo transitório, que pretende e pretenderá descarregar o peso da crise do coronavírus sobre as costas dos trabalhadores e pobres do país, protegendo os interesses das multinacionais e da classe dominante boliviana.

É fundamental para a luta a independência política e sindical, diante do governo e todas as expressões políticas da classe dominante, tanto da velha direita, hoje encarnada no governo,

como da nova direita masista.

Os masistas pretendem pescar no rio revolto, se aproveitando eleitoralmente dos trabalhadores e dos famintos.

Cabe aos revolucionários expressar o sentimento dos trabalhadores e a defesa de seus interesses, com a maior firmeza, com o respaldo do marxismo e do programa do POR, para poder transformá-los na direção física das mobilizações, que possam ocorrer. A partir da defesa intransigente dos direitos e conquistas dos trabalhadores, no calor das polêmicas e debates nas assembleias operárias, desmascarar a política burguesa e pró-multinacional do MAS, vigente em seus 14 anos de governo. É necessário que os companheiros de base superem criticamente a impostura masista.

Cabe aos revolucionários expressar o sentimento dos trabalhadores e a defesa de seus interesses, com a maior firmeza, com o respaldo do marxismo e do programa do POR, para poder transformá-los na direção física das mobilizações, que possam ocorrer.

A COB e a FSTMB montaram em dois cavalos. Aproximam-se e tentam agradar Añez, Mesa, de um lado, e Evo, de outro. No final, se jogarão de corpo inteiro com aquele que se impo- nha na disputa eleitoral.

É preciso desmascarar estes oportunistas, por terem estatizado e rifado a COB e a FSTMB, e pisoteado os princípios da INDEPENDÊNCIA SINDICAL e do SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO.

Esta burocracia sindical corrupta e servil aos interesses dos exploradores deve ser varrida. É a quinta coluna burguesa no seio da classe operária. Certamente, acabará se subordinando à política dos empresários, com pronunciamentos líricos de defesa dos direitos trabalhistas, para acobertar suas traições, mas sem mover um dedo para organizar a luta.

(Extraído do Jornal Massas extra 6, abril de 2020, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Retrato da barbárie nos Estados Unidos

A maior potência mundial conta com o maior número de infectados e mortos pela pandemia. As notícias começam a mostrar que os negros e latinos são os mais atingidos. A pobreza e a miséria servem melhor de habitat a todo tipo de vírus. Uma das notícias, do jornal Washington Post, demonstra que 40% das mortes causada pelo covid-19, em Michigan, são de negros, apesar destes representarem apenas 14% da população local. Segundo o New York Times, 70% dos mortos em Louisiana era de negros, apesar de ser minoria na população do estado. Em Chicago, uma das maiores cidades dos Estados Unidos, metade dos infectados é de negros, e o número de mortos corresponde a 72% do total, embora representem apenas 1/3 da população. Esses foram contabilizados quando os mortos chegavam a 14.600 no País. No momento em que escrevemos essa nota, dia 9, esse número tétrico saltava para 15.938.

A pandemia não faz senão ressaltar a decomposição mundial do capitalismo da época imperialista.

A radiografia dos mortos por classe social, pobreza, miséria, desassistência médico-hospitalar, certamente, é a melhor forma de explicar a virulência da pandemia. Os negros e hispânicos são os mais atingidos, porque são os mais discriminados econômico e socialmente. As estatísticas mostram que arcam com os trabalhos mais pesados, com os salários mais baixos, com os maiores índices de desemprego e subemprego, com as moradias mais insalubres, com a falta de cobertura do sistema de saúde, etc. Não é por questão de raça que estão sendo mais atingidos, mas por pertencerem ao proletariado e às suas camadas mais oprimidas. A discriminação racial histórica é reflexo da divisão de classes no capitalismo.

A mais poderosa potência mundial não pôde e não poderá

superar a discriminação aos negros, porque concentra as mais profundas contradições do capitalismo. Diante da crise econômica, que retoma o seu curso aberto em 2008, Trump, Congresso e o Banco Central dispuseram de mais de US\$ 4 trilhões em apoio ao capital financeiro e aos monopólios industriais e comerciais. Os explorados terão de se contentar com migalhas, e pôr a mão para o céu à espera de algum milagre que não virá.

O problema não para aí. A defesa do grande capital, que também ocorre na Europa e no Japão, resultará em maior opressão sobre as nações semicolônias. As consequências para as massas mundiais já estão sendo calculadas pelo número de demissões e avanço da miséria. A barbárie social que o coronavírus faz saltar à vista nos Estados Unidos é a mesma que se observa no Equador, com os corpos dos miseráveis jogados nas ruas.

A pandemia não faz senão ressaltar a decomposição mundial do capitalismo da época imperialista.

As massas, se quiserem se defender, terão de lutar com todas as suas forças pelas reivindicações mais elementares de emprego e salário.

Terão de se rebelar diante das violentas medidas desfechadas pelos governos. A vanguarda com consciência de classe, por sua vez, terá de se empenhar com toda energia em vincular as reivindicações básicas com o programa da revolução proletária, em transformar a revolta instintiva dos explorados em consciência revolucionária. A barbárie social vai se potencializar ainda mais no próximo período. A resposta internacionalista do proletariado é a da expropriação da burguesia, e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Para isso, a vanguarda tem pela frente o gigantesco trabalho de ir superando, dia a dia, a crise de direção, construindo o Partido Mundial da Revolução Socialista.

EQUADOR ESPELHA A BARBÁRIE NA AMÉRICA LATINA

A CEPAL afirmou, recentemente, que a crise sanitária afundaria o PIB da América Latina. De forma que, em menos de dois meses, o prognóstico passou, de crescimento (1,3%), para o de recessão (até -4%). Antes de a pandemia estourar, a CEPAL anunciava que a economia regional teria seu pior desempenho em cinco décadas. Ou seja, os cortes no gasto público preparavam as bases sobre as quais a vasta miséria e pobreza permitiria o Covid-19 desenvolver todo seu potencial infeccioso.

A experiência demonstra, portanto, que a base material da pandemia advém da submissão das nações semicolônias ao imperialismo, que obstaculiza o desenvolvimento de suas forças produtivas internas, e as submetem à destruição de parte das forças produtivas mundiais. Pesam decisivamente as gigantescas dívidas externas e públicas. O que impossibilita qualquer iniciativa de investimento. Nenhum governo burguês semicolonial cumpre, nem cumprirá, a recomendação de investir montantes suficientes em saúde e em melhorias às condições de vida, enquanto prevalecerem os interesses do ca-

pital financeiro.

Eis por que a pandemia continuará a realizar estragos nas economias e nas massas. Não por acaso, a crise sanitária irá atingir 64% do emprego formal, e 53% do informal. Centenas de milhões de horas de trabalho serão desperdiçadas, por não poderem ser aproveitadas para movimentar setores estratégicos, ou aplicá-las em novos empreendimentos produtivos, orientados à investigação e produção de medicamentos, maquinário, etc.

O Equador se destacou, na América do Sul, como exemplo de como a destruição da economia, dos empregos e condições de vida, em favor do parasitismo financeiro, e se reflete, na conjuntura de crise pandêmica, como barbárie social absoluta.

Lembremos que, em outubro de 2019, um levante popular se insurgiu contra o plano de privatizações, de cortes orçamentários e pagamento de dívida externa. A crise revolucionária foi fechada, após o governo fazer um acordo com o movimento indígena (a maioria nacional) para desmontar as mobilizações.

Mas, a economia dolarizada e dependente da venda de petróleo estava comprometida completamente às movimentações do capital financeiro. Semanas depois do acordo que desativou o levante popular, o governo de Lênin Moreno passou a apresentar novos cortes orçamentários, impostos sobre assalariados, e pagamento da dívida externa.

Esses fatores explicam por que a pandemia achou um vasto mar de miséria e um Estado incapaz de responder com mínimas garantias contra os estragos da doença. A falta de equipamentos, leitos, hospitais (produto do sucateamento e destruição da saúde pública), e a estorrecida miséria constituíram, assim, a base material da decomposição social. A imagem mais estorrecida da barbárie foi a dos corpos jogados pelas ruas. Diante da impossibilidade de as famílias contarem com leitos para internar seus parentes, que acabavam morrendo sem nenhuma assistência, os corpos eram despejados na rua, por medo ao contágio dentro da família. Passavam até 4 dias, na falta de veículos e pessoal médico, até que as equipes de saúde conseguissem retirar os mortos. Na última semana, 130 cadáveres foram recolhidos das ruas. Isso aconteceu fundamentalmente nos bairros populares. Assim se passou, enquanto o governo pagava US\$ 340 milhões aos credores internacionais.

Certamente, o toque de recolher – entre 14 horas e 5 da manhã –, longe de representar uma medida do Estado para proteger as massas, evidenciou a impotência da burguesia equatoriana, e de seu governo, em proteger minimamente as massas. Pelo contrário, se pretende preparar as condições ditatoriais para evitar explosões dos explorados. Perante o abismo da barbárie, o Estado e a burguesia vão reforçando seu estado policial.

O que se passa no Equador é a amostra mais brutal do que se passa com os países semicoloniais, que se subordinam às orientações dos Estados Unidos, União Europeia e suas instituições, como o FMI. Diante desse quadro, a política do proletariado é a superar a passividade, e passar à ofensiva pela proteção da força de trabalho. Após a pandemia e com a volta ao trabalho, os explorados se unirão em torno a um plano de emergência próprio. Terão de vencer a barreira da burocracia sindical e das forças reformistas; de recuperar os sindicatos para a luta de classes; e de constituírem organizações de frente única. Essa tarefa deve vir acompanhada do trabalho de construir os partidos marxista-leninista-trotskistas. Somente uma direção proletária revolucionária poderá orientar o combate das massas contra a burguesia e seu Estado.

Novas condições se abrem para o proletariado mundial tomar a frente da luta de classes



Interdependência das duas crises

A superprodução e o estreitamento dos mercados, que resultaram na eclosão da crise em 2008, inauguraram uma nova fase da crise mundial. As consequências da crise sanitária na paralisação do comércio, serviços, transportes e indústria agravaram as tendências de queda econômica e regressão das forças produtivas, que vinham vagarosamente se reanimando a partir de 2009. Já em 2019, indicava-se a queda.

A burguesia e seus governos se esforçam em ocultar os elos da interdependência entre a crise econômica e a sanitária. Se bem que a pandemia seja um fenômeno natural, sua manifestação na economia e na vida das massas está condicionada pelas relações de produção (propriedade privada dos meios de produção e intercâmbio, apropriação privada das riquezas, superexploração do trabalho assalariado, etc.), e pelas contradi-

ções que delas decorrem (choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais, crescimento da miséria e concentração da riqueza, aumento do exército de desempregados e subempregados, etc.). Existem recursos técnicos, científicos e humanos para limitar os estragos da pandemia, mas não podem ser utilizados em grande escala – nacional e internacionalmente – de forma racional e centralizada, priorizando as necessidades das massas, porque se chocam com os interesses privados e os lucros dos monopólios imperialistas.

Possibilidade de uma nova “Grande Depressão”

O Banco Popular da China (BPCH) advertiu que se aproxima uma “nova Grande Depressão”, mais violenta que a crise financeira de 2008 e, inclusive, maior que a Grande Depressão de 1929. Segundo Zhu Jun, diretora do Departamento Inter-

nacional do BPCH, “se a epidemia continuar fora de controle”, a “deterioração da economia real se verá agravada com o surgimento de riscos financeiros”. Na quinta-feira, 9 de abril, o FMI apoiou essa avaliação, deixando para trás a atitude de “esperar para ver”, e de difundir previsões ambíguas.

A “Grande Depressão” de 1929 atingiu principalmente os Estados Unidos, generalizando as quebras de indústrias e bancárias, reduziu o PIB em mais de 10%, e desempregou 25% da força de trabalho do país. Seus posteriores reflexos na econo-

base, se ergueu uma poderosa oligarquia financeira.

Uma nova “Grande depressão”, na atual conjuntura, levará a quebras industriais, comerciais e financeiras, em todo o mundo. Estima-se em 35% a queda no comércio mundial, e os créditos voltariam a níveis de 2008. Nesse caso, os Estados Unidos e as potências rivais teriam de recorrer a uma nova repartição do mundo, e impor a destruição de valores em escala planetária, produzindo violentas convulsões nas relações mundiais.

Estados Unidos: carro-chefe da desagregação mundial

Segundo pesquisas, 16 milhões de empregos se perderam no mês de março. Na semana passada, 6,65 milhões de seguro-desemprego foram solicitados, 3 milhões a mais que a semana anterior. Foram mais 6 milhões na semana seguinte. Por sua vez, o aumento do desemprego e o subemprego elevou em 30% a inadimplência de hipotecas, que não puderam ser pagas. Gigantes das finanças, como Goldman Sachs, JP Morgan y Morgan Stanley, estimam que o PIB norte-americano cairá entre 6% e 30%, nos próximos seis meses. A rapidez da derrocada econômica obrigou Trump a injetar mais de US\$ 2 trilhões na economia. Essa medida demonstrou que os US\$ 2,2 trilhões aprovados há três semanas ficaram aquém das necessidades econômicas da burguesia.

O problema está em que esses investimentos estatais não são orientados a erguer novas fábricas e diversificar a indústria nacional (não irão criar novos valores). Pelo contrário, são subsídios a empresas, para sustentar seus compromissos financeiros e evitar quebras. A saída desse impasse, portanto, depende da capacidade da potência de conquistar mercados e se aposar de fontes de recursos naturais sob controle de outras potências. Como se vê, a previsão do BPCH indica o agravamento da guerra comercial e o impulso da escalada militar.

Abismo recessivo da Alemanha

As previsões da semana passada sobre a economia alemã já foram revistas. Estima-se que o PIB encolherá -4,2%, no primeiro trimestre (antes se previa -2,4%), chegando a cair em 9,8% no segundo (mais do que o dobro da queda no primeiro trimestre de 2009). Trata-se da maior queda, desde 1970, e será duas vezes pior que a de 2009. Inúmeras empresas quebrariam, e o desemprego ultrapassaria 6% (2,5 milhões). A redução da jornada de trabalho empurrará 2,4 milhões de empregados à semiparalisa. A salvação de empresas e bancos, por sua vez, elevará o déficit do Estado ao recorde de 159 bilhões de euros, em 2020.

Essa é a previsão do documento “Economia em Choque – política financeira resiste”, apresentado ao governo alemão. Certamente, a locomotiva econômica da Europa não é a única ameaçada. Ao concentrar o capital financeiro, e os níveis de produção e comércio, impactará negativamente a tendência geral de desintegração de todo o continente.

União Europeia em desintegração

A Alemanha, Holanda, Bélgica e outros países propuseram a utilização do Fundo de Emergência Europeu-FEU (€ 410 bilhões) e esperar pelos resultados do “estímulo financeiro”, injetado pelo Banco Central Europeu. € 240 bilhões serão destinados a empréstimos, para proteger as finanças estatais, € 200

As fronteiras nacionais que sobreviveram às tendências centralizadoras do capital financeiro europeu – fundamentalmente alemão e francês – na época de relativa estabilidade econômica e política, passam agora a reforçar as tendências centrífugas das frações da burguesia nacionais, exigindo de seus Estados que se reforcem as barreiras alfandegárias e fiscais, para defender interesses particulares.

mia mundial acabariam arrastando as nações à guerra interimperialista. Somente depois da destruição de valores e riquezas em larga escala, e de uma nova repartição do mundo, foi possível a retomada econômica. Os EUA surgiram como potência imperialista hegemônica, baseada nas poderosas forças produtivas internas, e em um amplo mercado interno. Sobre essa



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - Janeiro 2020 - R\$ 5,00

IV Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

TESES, RESOLUÇÕES E DOCUMENTOS

Índice - Teses sobre a situação política mundial e da América Latina - página 3 / Balanço da recente queda do governo de Evo Morales - página 10 / Resolução sobre o Chile - página 18 / Resolução sobre a Colômbia - página 19 / Teses sobre o centrismo - página 21 / Resolução sobre a opressão da mulher - página 23

**NOSSA TAREFA HISTÓRICA – Reconstruir o Partido
Mundial da Revolução Socialista**

Viva a IV Conferência do CERQUI!

bilhões (do Banco Europeu de Investimentos-BEI), para o resgate de empresas, e € 100 bilhões para subsidiar empresas, que apliquem planos de redução de jornada e salários.

No entanto, França, Espanha e Itália se negaram a aprovar esse plano, porque reforçaria o poder de polícia fiscal da Alemanha, de vetar emissões de eurobônus, e injeção de créditos, nos países que não cumprem as metas fixadas pelo FEU. Em outras palavras, não aceitaram que o capital financeiro alemão condicione a retomada da atividade econômica e estabeleça suas metas. Propõem que seja criado um “fundo solidário” de € 330 bilhões, através de um “empréstimo efetuado pelos mercados financeiros”, que não exijam contrapartidas de controle de recursos fiscais, como os estabelecidos e regulamentados pelo Banco Central Europeu.

Na França, o Ministro das Finanças, Bruno Le Maire, disse que a pandemia afundará o país na pior recessão, desde 1945, e ultrapassará -2,2%, de 2008. A queda da atividade econômica nacional foi de -32%, e o PIB registrou queda de -6% no primeiro trimestre, podendo chegar a -4% anual. Essa previsão, porém, pode ser revista. Isso explica por que o governo francês procura romper qualquer acordo que transfira parte da crise dos membros da União Europeia à economia francesa.

As fronteiras nacionais que sobreviveram às tendências centralizadoras do capital financeiro europeu – fundamentalmente alemão e francês – na época de relativa estabilidade econômica e política, passam agora a reforçar as tendências centrífugas das frações da burguesia nacionais, exigindo de seus Estados que se reforcem as barreiras alfandegárias e fiscais, para defender interesses particulares. Observa-se que a combinação das duas crises impulsiona a desagregação da União Europeia. Eis por que foi montado um acordo entre França e Alemanha, de injetar € 500 bilhões em ajuda para combater a pandemia. O certo é, porém, que as tendências centrífugas continuarão a imperar.

Nova etapa da guerra comercial

Os Estados Unidos recorreram à interceptação da compra de insumos médicos já vendidos à Alemanha, França e Espanha, oferecendo até três vezes mais pela aquisição de carregamentos. As potências europeias responderam, paralisando envios de mercadorias aos Estados Unidos, e reataram o comércio com China e Irã. Trump anunciou novas sanções comerciais e altas tarifas alfandegárias para a Europa, ameaçando, inclusive, a cortar o financiamento da OMS.

Esses choques se desenvolveram em meio à ruptura dos acordos entre a OPEP e a Rússia, de limitar a produção de petróleo. A superprodução petrolífera pela Rússia, no contexto de queda do consumo e dos preços, atingiria a capacidade dos países árabes de frearem a derrocada econômica, e de agirem na região contra a influência síria e iraniana, países aliados da Rússia e China.



Não há como recorrer às medidas comuns, quando se impõem medidas unilaterais de defesa de cada fração monopolista, e a luta pela repartição dos recursos naturais e mercados nacionais. Essa é a tendência geral presente na crise estrutural do capitalismo.

Essa medida prejudicava a capacidade de pressão dos EUA na região. Trump exigiu que a Arábia Saudita tomasse medidas. A queda dos preços levou à beira da quebra a produção de xisto nos EUA. Em parte, esse conflito explica a nova ofensiva do imperialismo norte-americano contra a Venezuela e o Irã, países produtores que servem à estratégia russa e chinesa.

O impasse foi conjunturalmente equacionado com o recente acordo entre a Rússia e Arábia Saudita em reduzir a oferta de petróleo, para elevar os preços mundiais. Mas, a medida terá de passar pelos efeitos da crise em andamento.

Não há como recorrer às medidas comuns, quando se impõem medidas unilaterais de defesa de cada fração monopolista, e a luta pela repartição dos recursos naturais e mercados nacionais. Essa é a tendência geral presente na crise estrutural do capitalismo. Está aí por que a crise do petróleo, na atual conjuntura, impulsiona a militarização das relações políticas entre as potências mundiais e projeta as tendências bélicas em larga escala.

América Latina mergulha na barbárie

A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) prognosticou uma queda entre 1,8% e 4% do PIB regional, o que se traduz na queda de volumes e preços das exportações agropecuárias e minerais. A queda do preço do petróleo atinge, particularmente, os principais países produtores, como México, Venezuela, Colômbia e Brasil.

Para a CEPAL, as principais economias afetadas são México, Brasil, Argentina, Chile e Colômbia, que, não apenas dependem da exportação de bens primários e commodities, como se acham diante do fechamento das fronteiras às exportações de produtos e bens manufaturados, que tinham por mercados o Mercosul, América Central, União Europeia e os Estados Unidos. A queda nas importações da China (provedor de 7%

de insumos semielaborados da região) agravará o quadro recessivo geral. O quadro é ainda pior para aqueles países que sobrevivem do turismo. A crise sanitária paralisou os transportes, comércio e serviços. Eis por que Bahamas, Barbados, Cuba, Haiti, Jamaica e República Dominicana verão suas economias caírem em -25%.

Nas economias nacionais, as tendências recessivas atingiram mais violentamente o comércio, transportes, serviços e as empresas públicas, que reúnem 64% do emprego formal da região. E recaem sobre as atividades informais, que abrangem 53% da força de trabalho. Estima-se ainda que cairá, em aproximadamente 7%, o número de horas trabalhadas, devido à redução da jornada. É o equivalente a 195 milhões de empregos de jornada integral (48 horas semanais), ou 230 milhões (40 horas semanais). No mundo, 81% da força de trabalho se verá afetada pela paralisia (2,7 bilhões).

Esse quadro estarrecedor evidencia o quanto a força de trabalho mundial já está pagando pela derrocada do capitalismo. Piora o quadro na América Latina, onde mais de 50% da força de trabalho é precarizada, terceirizada ou compõe o trabalho informal. Segundo a CEPAL, por sua vez, a perda salarial atingiria 7% da população economicamente ativa (PEA), a pobreza crescerá em 4% e a pobreza extrema, 2%.

A crise econômica em andamento impulsionará ainda mais a miséria e a destruição física e intelectual da força de trabalho, após passada a pandemia. As massas oprimidas irão arcar com o desemprego, subemprego e a destruição de direitos, para que os capitalistas retomem seus lucros, e terão de pagar com seu sangue as dívidas dos Estados nacionais. A constatação de que a fome mata mais que qualquer vírus é a comprovação prática que os explorados extraem de sua própria experiência.

Retomar o caminho dos levantes operários e populares

É dever da vanguarda, denunciar e combater cada medida do governo, e cada traição das direções sindicais, demonstrando às massas como a burguesia e seus governos se aproveitam do pânico e da paralisia para destruir direitos trabalhistas, reduzir salários e romper contratos coletivos.

É necessário ainda demonstrar como é que a crise de direção revolucionária e a falta de frações classistas organizadas no seio do proletariado favorecem a política e as manobras da burguesia, de se apoiar nos aparatos burocráticos e nas direções sindicais traidoras, para impor o imobilismo e bloquear as suas explosões instintivas.

Permanecem acesas as tendências de luta das massas de se defenderem contra os ataques com métodos radicalizados de luta. Os levantes operários e populares de fins de 2019 demonstraram que se vêm acumulando, no seio dos explorados, as condições para novas explosões. As massas não ficarão passivas.

O aumento da desagregação social e a destruição de suas condições de vida as impulsionarão ao combate pela recuperação de tudo o que lhes foi retirado, sob a máscara da “unidade nacional” para derrotar a pandemia.

Está colocada a tarefa de preparar as condições para o retorno ao trabalho. A vanguarda com consciência de classe deve fazer a campanha pela convocação das assembleias gerais e de fábrica, para que a classe operária possa decidir e definir coletivamente como defender suas vidas, recuperar as perdas durante a crise sanitária, e avançar na luta contra a burguesia e seus governos.

No momento em que a crise sanitária expõe abertamente a decomposição capitalista, a vanguarda marxista-leninista-trotskista tem um terreno aberto

para vincular a luta pelas reivindicações emergenciais à luta pela transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, trabalhando para que os explorados compreendam a necessidade de impor o controle operário da produção.

Um passo que se dê nesse sentido, se criarão as condições para a vanguarda avançar no objetivo histórico de superação da crise de direção revolucionária, erguendo o partido marxista-leninista-trotskista. Tudo indica que os explorados se chocarão com os aparatos da burocracia sindical e do reformismo, e procurarão a via da revolução proletária. Novas e melhores condições se abrirão no próximo período, para que o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional ocupe a linha de frente pela constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista.

No momento em que a crise sanitária expõe abertamente a decomposição capitalista, a vanguarda marxista-leninista-trotskista tem um terreno aberto para vincular a luta pelas reivindicações emergenciais à luta pela transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, trabalhando para que os explorados compreendam a necessidade de impor o controle operário da produção.



Lênin e as epidemias

Publicamos dois trechos de duas biografias de Lênin, que mostram como o revolucionário russo atuou em meio às epidemias que assolavam a Rússia czarista, em 1891. Sua postura foi: nada de unidade com os opressores do povo, nada de se meter em atividades filantrópicas para atenuar os males provocados pelo regime, nada de abandonar as atividades militantes. A tarefa era, e ainda é, manter a propaganda e agitação revolucionárias, para acabar com a sociedade de classes e todos os horrores que ela traz consigo.

“O verão excepcionalmente quente de 1891 causou a seca. A fome atingiu cruelmente várias províncias, deixando uma sequência de epidemias. Essa calamidade abalou o país inteiro. Enquanto a morte despovoava os campos, os moradores da cidade temiam por seu destino. As massas camponesas famintas e desesperadas conseguiram invadir as cidades e saquear as casas dos habitantes. Muitas propriedades rurais já haviam sido queimadas e devastadas. O governo, pego de surpresa, não conseguiu lidar com a situação e decretou medidas inoperantes. A organização do auxílio foi devida à iniciativa privada. Comitês foram formados em todos os lugares, coletas foram feitas, remessas de alimentos foram organizadas, e equipes de saúde foram criadas. Os intelectuais apoiaram fervorosamente esse trabalho de resgate.

Esse comitê havia sido formado em Samara. Como nas outras partes, foi alcançada uma espécie de união sagrada, entre os representantes das tendências políticas radicalmente opostas. O que Ulianov faria? Sua irmã Ana concordou em trabalhar em uma clínica e cuidar dos doentes. Ele recusou-se categoricamente a ingressar no Comitê local, e iniciou uma campanha sistemática contra ele entre os membros dos círculos clandestinos com quem ele estava em contato. Não conseguiu seguidores. Apenas um “suspeito” recém-chegado o seguiu, alguém que professava admiração sem limites pelo jovem mestre.

Como justificar essa atitude de hostilidade irreduzível a uma iniciativa que parecia inspirada pela humanidade mais elementar em Ulianov? Ele era simplesmente consistente e lógico, fiel à ideia fundamental da doutrina marxista. Ele considerou que toda essa atividade, que não passava de pura e simples filantropia, representava apenas um paliativo, projetado mais para agravar o mal do que para aliviá-lo. Ajudar o regime a superar o terrível flagelo foi contribuir para sua consolidação, quando precisamente essa catástrofe revelou categoricamente a imprevisibilidade e a incapacidade do governo czarista, e favoreceu a disseminação de ideias revolucionárias entre os camponeses. Por outro lado, um revolucionário que renuncia à sua tarefa de militante, e trabalha lado a lado com os opressores do povo, apenas enfraquece as fileiras do exército da Revolução, e aumenta o

número de servos da reação.

Essa tese foi, tenazmente, combatida pelos populistas, que afirmavam que havia de aproveitar as circunstâncias para assentar bases no povo e demonstrar aos camponeses, que continuavam olhando com certa desconfiança, que eles eram amigos fieis e devotos”.

(O trecho foi extraído da obra Biografia Lênin de Gerard Walter, Editora Biografias Ganesa, Edições Grijalbo, S.A. Barcelona-México, D. F. 1974, pág. 33-34)

“Ajudar o regime a superar o terrível flagelo foi contribuir para sua consolidação, quando precisamente essa catástrofe revelou categoricamente a imprevisibilidade e a incapacidade do governo czarista, e favoreceu a disseminação de ideias revolucionárias entre os camponeses. Por outro lado, um revolucionário que renuncia à sua tarefa de militante, e trabalha lado a lado com os opressores do povo, apenas enfraquece as fileiras do exército da Revolução, e aumenta o número de servos da reação”.

“No começo do ano de 1892, uma onda de fome assolou a província de Samara e, quando os camponeses afluíram à cidade em busca de pão, organizou-se uma comissão de cidadãos encarregada de socorrê-los. Lênin tomou uma atitude inesperada: ‘A fome’, afirmou, ‘é a consequência direta de determinada ordem social. Enquanto esta existir, a miséria é inevitável. Abolindo-se esse regime, serão eliminados os elementos que enfraquecem o povo. Sendo a fome inevitável no sistema presente, ela atua com influência cada vez maior.

É fácil compreender o desejo que tem a chamada sociedade de socorrer os famintos, de melhorar sua condição. Os infelizes ameaçam-na de causar sérios distúrbios e, possivelmente, a completa destruição da burguesia. Daí ser natural os esforços dos capitalistas em mitigar o efeito da fome... Psicologicamente, este trabalho de alimentar os necessitados não é nada mais que a expressão do sentimentalismo característico de nossos intelectuais’.

A voz autêntica de Lênin falara pela primeira vez”

(Esse trecho está na obra “Lênin”, de David Shub, Companhia Editora Nacional, São Paulo, Brasil, 1954, pág. 24)



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas 606, concluímos a exposição das principais formulações programáticas, principistas e táticas de Lênin, que antecederam a tomada do poder em 25 de outubro de 1917. Os comentários daqui para frente correspondem à fase da constituição do Estado Operário, e construção das bases socialistas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, até a sua morte, em 1924.

Destacamos, para iniciar esta sequência, a importância da discussão em torno à Constituinte. A sua instalação e fechamento, em janeiro de 1918, representaram a derrocada da tentativa dos socialistas revolucionários de direita e os mencheviques, de recuperarem o poder da burguesia.

É bem conhecida a posição dos bolcheviques em favor da convocação de uma Constituinte soberana, expressão da vontade do povo, como instrumento da revolução democrática na Rússia, semifeudal e czarista. A Constituinte deveria, portanto, expressar a derrubada da monarquia, e a instalação da república. Os mencheviques lutavam pela constituição de um governo de aliança operária e camponesa, que correspondia a uma ditadura democrática de operários e camponeses. A Revolução de Fevereiro de 1917 derrubou a monarquia, mas não deu lugar a uma Constituinte. O governo burguês conservou os interesses dos feudais, e passou a constituir uma reação em toda a linha. Na situação de guerra, a classe operária e os camponeses continuaram a se chocar com os interesses econômicos da aliança burguesa, que passou a controlar o Estado. Em poucos meses, o governo contrarrevolucionário foi empurrado para um precipício, e a luta de classes avançou. Os soviets, dominados pelos socialistas revolucionários e mencheviques, passaram a servir à política de colaboração e sustentação do governo Kerenski, que sucedeu o governo de Chernov, Kadetes. As forças burguesas e pequeno-burguesas adiaram constantemente a convocação da Constituinte.

Lênin denunciou as manobras dessas forças, empenhadas em deter o avanço da revolução. Observa-se que mencheviques e socialistas revolucionários passaram a se utilizar da Constituinte como instrumento de promoção das ilusões constitucionalistas, voltadas a desviar as massas da luta pelo poder. Lênin orientará os bolcheviques a se guiar pela bandeira de “Todo poder aos Sovietes”. Não se tratava de convocar uma Constituinte sob o governo contrarrevolucionário, mas de o proletariado, camponeses e soldados tomarem o poder, apoiados na democracia soviética.

No início de setembro de 1917, Lênin redigiu o “Projeto de resolução sobre a situação política atual”. No ponto 14 das teses, condiciona a convocação da Assembleia Consti-

tuínte à tomada do poder pelas massas. Opõe-se, portanto, à Constituinte como instrumento de constituição do poder. Eis: *“A classe operária, quando conquistar o poder, será a única capaz de garantir a entrega imediata e sem indenização de todas as terras dos latifundiários aos camponeses. Isso não se deve postergar. A Assembleia Constituinte legitimará a entrega, mas os camponeses não são culpados de que a Assembleia Constituinte se atrase. Os camponeses estão cada vez mais convencidos de que por meio de um acordo com os latifundiários e os capitalistas é impossível conseguir a terra. A terra somente pode ser conquistada pela aliança fraternal e muito estreita, entre os camponeses pobres e os operários”*.

Ainda em setembro, Lênin publicou o artigo “Como garantir o êxito da Assembleia Constituinte (Sobre a liberdade de imprensa)”. Relatou que, no começo de abril, defendeu a possibilidade de convocar a Constituinte. O problema estava em como garantir a convocatória e sua realização. Indicou que a única garantia estava em *“aumentar o número e a força dos soviets de deputados, operários, soldados, camponeses, etc.; organizar e armar as massas operárias”*. Se dependesse das forças burguesas, não seria possível uma Assembleia Constituinte que representasse as reais necessidades da revolução democrática, e a soberania do povo. Demonstrou o poder dos capitalistas em mobilizar a imprensa para enganar as massas camponesas. Uma Constituinte de fato soberana, para ser convocada, exigia o poder operário-camponês, sob a forma de soviets, que confiscaria a imprensa. Somente assim, seria possível uma distribuição equitativa às forças políticas que de fato estão vinculadas aos explorados. Concluiu: *“Essa seria uma preparação ‘democrática revolucionária’ das eleições à Assembleia Constituinte; seria uma ajuda ao campo por parte dos operários e soldados de vanguarda. Seria uma ajuda do Estado ao esclarecimento, e não ao embrutecimento e ao engano do povo; seria a verdadeira liberdade de imprensa para todos, e não para os ricos. Seria romper com o passado servil e maldito que nos obriga a suportar que os ricos usurpem a grande causa de informar e instruir os camponeses”*.

Esse precedente é importante para constatar a atenção de Lênin com a utilização da Constituinte, pelos adversários da revolução. As forças que estiveram no poder, controlaram os soviets, e adiaram todo o tempo a convocação da Constituinte, agora passaram a utilizá-la contra o poder soviético. A confiança da classe operária e dos camponeses no governo revolucionário possibilitou a vitória das teses de Lênin sobre a Assembleia Constituinte.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVI, Akal Editor)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org